



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: SOUZA SANTOS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 27/11/2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, hoje, substituindo o nobre Vereador Souza Santos, declaro abertos os trabalhos da 25ª Audiência Pública do ano de 2017. Essa audiência vem sendo publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo diariamente, desde o dia 14/11/17. No jornal o Estado de São Paulo, dia 23/11/17; Jornal Folha de São Paulo, dia 24/11/17. Informo que essa reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br, links TV Câmara, Auditórios On-Line.

Esta audiência tem como propósito a discussão do PL 575/16, de autoria do nobre Vereador Nabil Bonduki, dos Srs. Vereadores coautores: José Police Neto, Ricardo Young, Jair Tatto, Eduardo Matarazzo Suplicy, Janaina Lima, Toninho Vespoli e Sâmia Bomfim, que institui a política Municipal de segurança hídrica e gestão das águas e dá outras providências.

Foram convidados os Srs. Eduardo de Castro, Secretário do Verde e Meio Ambiente; Heloisa Maria de Sales Penteado Proença, Secretária Municipal de Urbanismo e Licenciamento, representada neste ato, pelo Sr. Marco Antonio Palermo; Wilson Modesto Pollara, Secretário Municipal de Saúde; Júlio Francisco Semeghini Neto, Secretário Municipal do Governo; Eloisa de Souza Arruda, Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; Marussia Whately, Coordenadora da ONG Aliança pela água, Nabil Bonduki, Ricardo Young, Jair Tatto, Janaina Lima, José Police Neto, Toninho Vespoli e Sâmia Bomfim. Agradeço a presença de todos.

Gostaria de fazer uma breve introdução. Esse projeto de lei é de enorme importância porque se trata de um direito. O direito à água em quantidade, qualidade, adequada para todas e todos. Pois a água é bem comum essencial à vida. Isso significa segurança hídrica. Atualmente no Município de São Paulo, não há um lugar na administração pública que cuide da segurança hídrica e gestão das águas. As ações estão distribuídas em diversas secretarias municipais. O que faz sentido porque são mesmas diversas as responsabilidades pelas ações e proteção aos mananciais, drenagem urbana, saúde, e

saneamento, mudanças climáticas. E é preciso que essas ações sejam vistas de forma integrada com uma política pública. É o que estamos propondo com esse projeto de lei. O Município precisa ter o maior protagonismo na gestão das águas em relação ao saneamento, por exemplo, sabemos que na Cidade de São Paulo, a Sabesp é responsável pela capacitação, tratamento, distribuição de água e pela coleta, afastamento e tratamento de esgoto, mas não podemos esquecer que a Sabesp, empresa estatal de capital misto, é concessionária de serviços. A Prefeitura do Município de São Paulo, é poder concedente e no entanto muito pouco tem feito para que esse serviço melhore para que tenhamos a universalização dos serviços, para que tenhamos transparência e controle social. O Município tem cerca de 70% do seu território, apenas, coberta por rede de esgoto e só cerca de 50% é tratada. Por outro lado temos um plano Municipal de Saneamento que é de 2010, o próprio Plano Diretor Estratégico diz que ele precisa ser revisto. É importante que esse plano seja feito e com ampla participação da sociedade civil e é evidente que o Município tem de assumir maior protagonismo, para que todos os cidadãos tenham garantido o acesso ao saneamento.

Recentemente passamos por uma grave crise de abastecimento hídrico. A culpa não foi só da estiagem, mas também da má gestão. A Câmara Municipal de São Paulo realizou uma CPI da Sabesp, integrada pelo meu colega de partido, ex-Vereador Nabil Bonduki que entende muito do assunto e também, autor do projeto. E tudo que está proposto aqui é de acordo com o relatório dessa CPI. Cada vez mais temos iniciativa da sociedade civil ligadas ao bom uso da água, a proteção das nascentes, a gestão das florestas que produzem água e que precisam ser melhor acolhidos e apoiadas pela Prefeitura do Município de São Paulo, até para que se multiplique, isso também é parte do projeto.

Encerrando, gostaria de lembrar que a proposta a partiu da sociedade civil, de várias organizações reunidas na aliança pela água, que está aqui representada e a quem gostaria de parabenizar pela iniciativa e dizer que apoio e vou batalhar para que seja aprovada aqui e sancionada pelo Executivo. O Nobre vereador Paulo Frange, que foi designado a ser o

relator, gostaria de estar aqui presente, mas a sua assessora nos informou de que toda segunda-feira, o nobre Vereador atende gratuitamente em seu consultório, as pessoas que o procuram como médico. Por esse motivo, hoje então, não estará aqui conosco, mas informo que todo o teor, a reflexão tivemos aqui, a colaboração de todos os presentes, serão encaminhadas junto ao projeto que ainda informou a sua Secretaria que não chegou as mãos dele ainda. Então é preciso que o projeto chegue logo as suas mãos, bem como, com o conteúdo do que aqui será exposto.

Tem a palavra o nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Bom dia a todos! O debate sobre a questão hídrica é fundamental na Cidade de São Paulo, sabemos como a água está sendo processo de disputa na sociedade mundial. Alguns acreditam que a água não é um direito universal, acredito ser uma discussão que temos de fazer fortemente, garantir que a água seja um direito para todos e não sofram o processo de que alguns têm o direito ou se só os humanos têm o direito, se os animais não tem o direito. Acredito que a água é um direito universal.

Acredito que nosso intuito aqui na audiência publica é ler o projeto de refletir sobre ele, tentar, de repente ver algumas lacunas que possa ter e debater, inclusive essas lacunas, para melhorar com substitutivo. Eu mesmo vou falar de uma aqui, falamos de controle social, por exemplo, no projeto. Mas se deixamos no controle social muito, de uma maneira abstrata, o controle social acaba não acontecendo, Há algumas questões que temos de nos debruçar sobre elas, refletir sobre o projeto. E tentar readequá-lo. Mas acredito que audiência publica está aqui para isso, e vamos colaborar, mas também como iremos bem abertos para que consigamos construir um projeto mais a contento. Inicialmente são essas as questões, depois vamos estar colaborando no decorrer da discussão. Era o que tinha de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Gostaria, em seguida passar a palavra ao Sr. Marco Antonio Palermo. As inscrições estão abertas aos interessados em se manifestar. O nobre Vereador Toninho Vespoli sugeriu que façamos a leitura do projeto. Peço

ao mesmo que faça a leitura.

O SR. TONINHO VESPOLI – “A Câmara municipal de São Paulo decreta”:

Art. 1º - Fica instituída a Política Municipal de Segurança Hídrica composta pelo conjunto de políticas, planos, programas, projetos e iniciativas relacionadas com a proteção, preservação, conservação, recuperação, manejo, prestação dos serviços públicos pertinentes e demais ações de interesse local concernentes às águas, e respectivas áreas de interesse hídrico, no território do município.

Art. 2º - Caberá ao município promover a integração e alinhamento das políticas e demais ações, com objetivo de garantir segurança hídrica no seu território.

§ 1º - Entende-se por segurança hídrica, no âmbito do interesse municipal, a garantia à população ao acesso a quantidades adequadas de água de qualidade aceitável, por meio da integração de políticas de saneamento, meio ambiente, gestão de recursos hídricos, saúde, uso do solo, defesa civil, transparência e controle social.

§ 2º - Na esfera municipal, a promoção da segurança hídrica deverá observar, pelo menos, as seguintes ações governamentais integradas:

I - Política municipal de saneamento que garanta o princípio da integralidade dos serviços - abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, drenagem e resíduos sólidos - e a articulação com a promoção da saúde e proteção do meio ambiente, nos termos dos artigos 8º, 9º, 10º e 19 da Lei no 11.445/2007;

II - Ações de saúde voltadas para a qualidade de água para o consumo humano e combate à proliferação de doenças transmitidas pela água, nos termos da Lei nº 4.437/77, Lei nº 8.080/1990 e Portaria nº 2.914/2011 do Ministério Da Saúde;

III - Política municipal de revitalização e proteção nascentes, córregos, rios e demais corpos d'água que se encontram dentro do território municipal, nos termos da Lei no 6.938/81, dos artigos 30 e 225, §1º, III da Constituição Federal; art. 6º, §2º e art. 9º da Lei Complementar nº 140/2011;

IV - Programa municipal de uso de águas pluviais para fins não potáveis, nos termos dos artigos 30, e 225, §1º, III da Constituição Federal; art. 6º, §2º da Lei no 6.938/81 e art. 9º da Lei Complementar nº 140/2011;

V - Política municipal de defesa civil e de adaptação às mudanças climáticas, com destaque para sistemas de alerta para prevenir a população dos desastres relacionados com a água, de acordo com a Lei nº 12.187/2009 e artigo 8º da Lei nº 12.608/2010;

VI - A transparência, acesso à informação e mecanismos de controle social, nos termos das Leis nº 8.078/1990, Lei nº 11.445/2007 e Lei nº 12.527/2011.

Art. 3º - Caberá ao município, no prazo de 180 dias a contar da aprovação desta lei, a apresentação de "relatório da situação sobre segurança hídrica municipal", que será atualizado a cada dois anos, a contar da data de sua publicação.

§ 1º - O relatório, mencionado no caput, deverá conter indicadores de fácil acesso, adequados e relevantes ao território municipal, com consistência analítica, transversalidade, confiabilidade, disponibilidade, mensurabilidade e, na medida do possível, serem atualizados para o ano de publicação da presente lei.

§ 2º - A definição dos indicadores, a construção e a apresentação dos resultados do "relatório" serão feitos por meio de processos de consultas e audiências públicas.

§ 3º - O "relatório" será publicado em veículo oficial de informação do Município e disponibilizado em meio digital, em local acessível e em formato de dados abertos, nos termos do artigo 2º, III do Decreto 8777/2016, para permitir avaliação e monitoramento com colaboração da sociedade.

Art. 4º - “Esta lei entra em vigor na data da sua publicação”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Marco Antonio Palermo.

O SR. MARCO ANTONIO PALERMO – Bom dia todos! Inicialmente meus cumprimentos a todos os presentes. Cumprimento a todos e parabenizar pela importante

iniciativa, com esse Projeto de Lei 575/16, que realmente trás contribuições bastante relevantes á gestão hídrica voltada à municipalidade. Estou aqui representando a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, Dra. Heloisa Proença, por uma razão. Eu estou exercendo no momento a Secretaria Executiva do Comitê Gestor dos Serviços de Água e Esgoto da Capital Paulista. Essa é uma das questões que estão aqui vinculada ao projeto de lei em questão. Eu gostaria de fazer alguns comentários, se me permitir, sobre essas e algumas considerações no sentido, talvez, trazer alguns aprimoramentos, algumas contribuições e algumas reflexões acredito ser esse o objetivo, com relação a essa questão.

Apontando do ponto de vista da gestão hídrica, os Municípios, na realidade, eles têm um papel vamos, dizer, de gestão que eu diria ser compartilhada com a União e com os Estados. Desde a construção de 46 não há mais rios municipais, não há águas de domínio municipal, nem mais águas de domínio particular, como o código de águas de 34 previa. Isso não significa que o Município não tem absolutamente, responsabilidade sobre a gestão hídrica. Ele tem , mesmo porque o Uso e Ocupação do Solo é inerente ao Município. então não há como, digamos, falar em gestão hídrica sem a coparticipação dos municípios com relação a esse tema. Entretanto é importante se haja essa compreensão de que formalmente a gestão hídrica requer o compartilhamento, das providências, do desenvolvimento de planos, projetos, estudos, como aqui prevê, juntamente nos rios, no que diz respeito aos rios estaduais, como gestor dos recursos hídricos estaduais que no caso é o departamento de água e energia elétrica do Estado de São Paulo, no aspecto da regulação. O Município também não é um ente regulador da política de gestão de recursos hídricos. Existe um ente regulador que no caso o Estado de São Paulo, Agencia Reguladora de Saneamento e Energia do Estado – ARSEPE. E no caso de rios de interesse federal, quer dizer, no Município não existe, mas se existisse seria evidentemente Agência Nacional de Água. esse aspecto da integração é muito importante para que o projeto, acho que o projeto fique bem claro com relação a essas questões.

Gostaria de ressaltar aqui no pronunciamento do nobre Vereador Eduardo Suplicy,

quando foi muito claro, muito sintético, muito bom o que ele falou ao mencionar que as atribuições voltadas a política das águas estão distribuídas no Município em diversas secretarias. Isso aqui, na realidade, digamos, operacionalmente, cria alguns problemas, algumas dificuldades. Nós ao contrário da União, e do Estado não temos um serviço hídrico municipal integrado. Ainda não temos. Talvez possamos ter a partir de agora. apesar desse serviço hídrico integrado está previsto no Plano Diretor, no PDE, no Plano Diretor Municipal. esse já foi um avanço do Plano Diretor importante. Entretanto essa evolução se faz evidentemente passo a passo. Na medida em que nós perdemos, que os municípios perderam o domínio das águas no seu território houve uma tendência natural de que essa gestão passasse a ser proeminente dos Estados e da União. Agora, como eu disse, isso não significa, em absoluto que o Município fique alheio a essas questões. Pelo contrário, porque os principais efeitos, digamos da drenagem, no controle de cheias, no saneamento, na poluição das águas, entre todos os efeitos estão, digamos, atingem os munícipes. Esse é um aspecto que precisamos ressaltar. Acredito que uma das reflexões que recomendaria é no sentido de que, em, considerando que as atribuições voltadas a gestão das águas, elas estão distribuídas entre as várias secretarias municipais e considerando também, digamos, que o Plano Diretor Estratégico Municipal ele prevê a criação de uma entidade gestora, uma entidade que seria, que eu chamo, isso é uma terminologia própria, o serviço hídrico integrado. Porque integração foi a palavra mais mencionada aqui no projeto de lei. A palavra mais mencionada por todos nós aqui, pelos Srs. Vereadores, é o que mais se almeja na política de gestão hídrica. O Brasil é uma referencia na política de gestão hídrica. O nosso modelo de gestão é um modelo que é muito bem visto, tanto que ocupamos hoje a Presidência do Conselho Mundial da Água. Essa, nada mais adequada, do que instituir ou dar meios ao Município, de ter um serviço hídrico integrado adequado. Então essa questão da visão integrada da política publica, acredito que essa é uma sugestão que talvez merecesse a consideração de todos.

Com relação ao saneamento, especificamente, os municípios, pelo marco

regulatório do saneamento, constitui poder concedente ao serviço de saneamento, abastecimento público coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana e resíduos sólidos. Entretanto o Município de São Paulo é o único município que eu conheço, que tem a gestão também do saneamento compartilhada. Os outros municípios eles decidem se tem seus serviços autônomos ou se contrata uma concessionária. No caso do Município de São Paulo, nós temos uma gestão compartilhada com o Governo do Estado mediante um convênio firmado desde 2010 e que estabelece que a gestão é compartilhada entre o Governo do Estado – a gestão do saneamento, todos esses serviços – e o Município. Existe Comitê Gestor para esse serviço, ao qual compete desenvolver o plano de saneamento, desenvolver e acompanhar os programas de investimento da concessionária e tudo mais. Esse Comitê Gestor, a cada dois anos, tem a sua presidência, secretaria executiva, alternadas, ou seja, a cada dois anos, é alternada entre o Governo do Estado e o Governo Municipal. Atualmente, desde o princípio deste ano, a presidência e a secretaria executiva estão sendo exercidas pelo Município de São Paulo.

O Presidente do Comitê Gestor do serviço de água e esgoto da capital paulista é o Vice-prefeito Bruno Covas e o Secretário Executivo, do Comitê Gestor, sou eu. Quer dizer, entre 2017 e 2018, nessa gestão da política municipal de saneamento ou dos serviços de água e esgoto, efetivamente, atualizamos o programa de investimentos da concessionária Sabesp, criamos um sistema de informações compartilhadas de forma a ser possível a qualquer pessoa ter acesso aos contratos que são executados pela Sabesp, qual o andamento desses contratos e qual a previsão. Existe um portal que Secretaria de Serviços, da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado, que dá acesso a essas informações.

Com relação ao Plano Municipal de Saneamento, que é algo muito importante que foi ressaltado pelo Vereador Eduardo Suplicy, estamos já por decisão do Comitê Gestor em processo de atualização do plano - que não era atualizado desde a assinatura do convênio 2010, realmente - e temos o prazo até o final 2018 para submeter o Plano ao Município para

análise, devidamente revisto.

Considerando todos os novos investimentos, todos os novos horizontes de previsão, um novo diagnóstico, novos prognósticos, o controle social, enfim, todos os requisitos do marco regulatório do saneamento.

Então, com relação as palavras do Vereador Toninho Vespoli, de que a água é um direito universal e o controle social é um dos objetivos desse projeto também. Como S.Exa. também disse, isso vale para as questões propostas ou as atribuições de integração. A observação do Vereador é muito importante no sentido de que o controle social precisa ser mais objetivado. Quem irá exercer? De que forma o controle social vai ser exercido? Senão ele fica diluído e, efetivamente, pode correr o risco de não se implantar adequadamente.

Da mesma forma, submetida à consideração, à reflexão de V.Exas., no artigo 2º: “cabera ao Município promover a integração e alinhamento das políticas e demais ações.” De que maneira? O Município é uma entidade como a União, como o Estado, é uma entidade quase que abstrata, ou seja, o Município precisa ter meios para poder exercer essa integração, senão ele, como um próprio Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy assinalou, estando as atribuições distribuídas entre as diversas unidades, a integração precisa ser unificada. A integração é uma forma de união e, digamos, de todos esses princípios. Essa união só pode ser feita através, no meu entendimento, através de uma maneira análoga ao que o Governo Federal e Governo Estadual estabeleceram: ter uma instituição que centraliza essas questões e, à partir dessa integração, dessa centralização, é que as demais atribuições, as atribuições inerentes as competências das secretarias municipais é que serão distribuídas, mas dentro de uma ótica de integração. O que não acontece hoje e vem já de muitos anos.

Desde que o Estado assumiu essas atribuições, desde que a dominialidade das águas mudou, essa situação se configurou em todos os municípios do Brasil. Em São Paulo isso é mais evidente porque os problemas de São Paulo são muito maiores. Então, da mesma forma que no controle social, essa integração, acho que caberia uma reflexão com relação a

como exercer essa questão. Da mesma forma, no Artigo 3º, “caberá ao Município, no prazo 180 dias a contar da aprovação desta lei, a apresentação de um relatório da situação.” Essa também é uma questão importante, mas vem atrás de uma responsabilidade de integração do Município ter um serviço integrado de gestão hídrica. Isso pode ser preliminarmente atribuído a um determinado órgão municipal, mas lembrando que ele não detém esse poder de integração ainda. Não existe essa figura no Município. O que nós temos de mais próximo hoje no Município é o Comitê Gestor dos Serviços de Saneamento, de Água e Esgoto da capital paulista, mas é um Comitê compartilhado, ou seja, daqui a pouco mais de um ano, volta a ser presidido e com ações operacionais executivas do Governo do Estado e aí o Município fica simplesmente como um membro com direito a voto no Comitê Gestor, não mais que isso.

Então, eu encerro por aqui apenas para dar uma um preâmbulo, para estimular esta discussão. Agradeço muita a participação. Espero ter trazido algumas contribuições que os senhores possam aproveitar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Obrigado, Sr. Marco Antônio. Vamos passar a palavra a Sra. Marussia Whately, coordenadora da ONG Aliança Pela Água. Registro a presença do Vereador Police Neto que é um dos coautores do projeto. Seja muito bem-vindo.

A SRA. MARUSSIA WHATELY - Bom dia a todos. Agradecer ao Vereador Eduardo Suplicy pelo convite, pela oportunidade e pela promoção da audiência. Primeiro, gostaria de esclarecer que a Aliança Pela Água não é uma ONG, ela é uma articulação de organizações da sociedade civil que surge no final de 2014 como um espaço de diálogo encontro da sociedade para discutir e propor soluções para crise de abastecimento de água pela qual a Região Metropolitana de São Paulo estava naquele momento começando a passar e enfrentou ao longo dos anos seguintes. A Aliança, ao longo de 2015, se dedicou bastante as ações de acesso à informação, participação na sociedade, proposição e até apoio para criar uma narrativa um pouco mais ampla para a crise de água que não só uma coisa relacionada a

meramente a uma estiagem, mas sim com uma combinação de fatores de que uma seca fora do comum aliada a problemas sérios de gestão, não só dos recursos hídricos, mas da água, da Saúde, saneamento, aliado a péssima qualidade da água da Bacia do Alto Tietê, isso é uma combinação de fatores que resultou na crise que enfrentamos. Então, durante 2015 a Aliança se dedicou muito a isso. Em 2016, à medida que as chuvas retornam a Aliança passou a se dedicar a responder uma pergunta que, ao longo de 2015 ficou muito presente, que era, afinal, quem cuida da água, lembrando que essa questão foi bem presente também nos debates que aconteceram aqui na Casa durante a CPI da Sabesp e que teve, inclusive, um relatório com recomendações que foram muito consideradas nessa proposta de lei.

E, ao longo de 2016, essa reflexão nos levou a produzir uma pesquisa acadêmica de análise do marco jurídico institucional brasileiro relacionado às questões da água, daí ele é pouco mais amplo do que gestão de recursos hídricos. Então, nós analisamos a Constituição Federal, tanto identificando o quanto a nossa Constituição trata a água em diferentes frentes, em diferentes assuntos, então tem questões relacionadas à água obviamente em relação à dominialidade, como o Palermo ressaltou e que é superimportante, mas também em relação à saúde, em relação à defesa civil, em relação às atribuições dos diferentes entes federativos.

A partir dessa análise, nós nos debruçamos sobre as legislações federais de recursos hídricos, de saneamento, de saúde, de Defesa Civil, de desenvolvimento urbano, de usos e ocupação do solo, acesso à informação, enfim, todo esse arcabouço de leis, políticas e programas que teriam relacionamento com isso no sentido de, tanto identificar melhor esse modelo complexo de gestão da água, como também de identificar melhor o papel de cada um dos entes federativos no nosso caso por ser 2016, com foco muito maior nos municípios.

Essa análise gerou duas publicações que estão disponíveis no site da Aliança pela Água, uma é Governança da Água Doce no Brasil e a outra é Os Municípios e a Gestão da Água. Esse material foi trabalhado no âmbito das diferentes organizações da Aliança pela Água em 2016 e virou a campanha Vote pela Água, que pegou esses estudos acadêmicos e

transformou num projeto de lei que foi apresentado não só em São Paulo, mas foi um projeto que teve adesão de cem candidatas e candidatos em mais de 50 municípios brasileiros. E, no caso de São Paulo, os Vereadores e as Vereadoras que aderiram, já no final de 2016, Nabil, Ricardo Young e José Police Neto, não sei se lembrarei de todos, o Jair Tatto, eles já no final do ano passado protocolaram o projeto de lei e, esse ano, teve novas adesões, inclusive o Vereador Eduardo e o Vereador Vespoli, a Sâmia Bomfim, a Soninha, e, desde o início do ano, o projeto foi sendo discutido na Casa, até com menos influência nossa e até parabenizando os Parlamentares por terem acolhido o projeto e darem sequência, então, ele já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e está, nesse momento, na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Tivemos nos últimos meses conversas com Vereadores de diferentes partidos, todos têm tido uma grande receptividade ao projeto e acho que tentando trazer um pouco mais de esclarecimento, o projeto busca trabalhar uma grande descoberta desse estudo que é, primeira, o modelo de cuidado com a água, o modelo jurídico institucional de gestão das águas no Brasil é bastante complexo: ele vai envolver diferentes leis.

Veja, nós temos leis até de 20 anos com uma política nacional – e a estadual – de recursos hídricos, mas temos leis um pouco mais recentes, como defesa civil, que vai pegar toda a parte de enchentes, que é uma questão bastante relacionada com segurança hídrica e tem muito a ver com as atribuições municipais; vai ter uma relação muito grande com a Lei de Saneamento, regulamentada em 2010, uma lei um pouco mais recente e que essa lei, sim, define a titularidade municipal pros saneamentos, mas, principalmente essa lei reconhece, e talvez busque criar instrumentos, e um pouco do que a Lei Municipal de Segurança Hídrica vai ter de benefícios para São Paulo, para a Cidade e sua região metropolitana, e também Brasil em geral, é que o Município acaba tendo em relação a não só o saneamento, água e esgotamento sanitário, a Lei Federal amplia o conceito de saneamento, ela coloca junto de forma integrada: abastecimento de água em todas as suas etapas, captação, tratamento,

distribuição e controle de perdas, com esgotamento sanitário que seria a coleta, tratamento, afastamento, drenagem – tanto a macrodrenagem, como a microdrenagem – e aí os municípios acabam tendo papel superimportante, por exemplo: “como nós vamos dar o tratamento das nossas nascentes, do lixo etc”, e isso acaba sendo a própria política de resíduos sólidos. Então essa política, a Lei de Saneamento é um pouco mais ampla do que água e esgoto e acho que isso é muito importante trazer, porque não se trata de um projeto de lei para criar sobreposições com uma série de arranjos que já existem em relação à contratação pela Prefeitura de São Paulo da Sabesp como concessionária de água e esgoto em 2009.

Essa lei procura reforçar o papel do Município como ente federativo, responsável por planejar a política de saneamento, uma atribuição indelegável do Município. E, fazendo isso, em relação à Lei Federal de Saneamento existem instrumentos, um deles é o Plano Municipal de Saneamento, que não é simplesmente um plano de metas de empresa de concessionárias, mas ele é uma oportunidade de nós repensarmos uma relação da cidade de São Paulo com a água, então, incluindo outras variantes.

Nesse sentido, o projeto de lei busca reforçar empoderar o Município em relação a todo esse papel de concedente de serviços e, portanto, aquele que deve, de certa forma, até acompanhar esses serviços, mas também do proponente de política. No caso, o termo Segurança Hídrica é um termo relativamente novo, não existe do ponto de legislação no Brasil, mas, sim, já é um tema que vem sendo discutido internacionalmente na ONU. E nós aqui, nesse projeto de lei adotamos o conceito que a ONU vem utilizando desde 2013 que é segurança hídrica como a garantia de água em quantidade e qualidade, lembrando que tanto pela legislação de saúde, quanto de saneamento, o Município é responsável por definir uma quantidade mínima de água por habitante – isso é uma atribuição indelegável do Município -, portanto, a segurança hídrica municipal prevê garantir a água em quantidade e qualidade adequadas, proteger as pessoas de poluição, proteger as pessoas de desastres naturais, garantir a saúde dos ecossistemas para produção de água e garantir o clima de paz e

resolução de conflitos.

Além de água – desculpem, não falei ainda – além de quantidade e qualidade adequadas, é também garantir o acesso a água tanto do ponto de vista financeiro, quanto físico. O Município tem uma delegação de competências para regulação de tarifas de água e esgoto com a Arcesp, mas isso não exime o Município de fazer um plano municipal de saneamento e aí, é até importante ouvir que o Comitê Gestor de Água e Saneamento já está fazendo essa iniciativa, mas vai ter um momento em que vai ter de integrar com os outros dois serviços, que é drenagem e resíduos sólidos, e também integrar do ponto de vista de política.

Então nós adotamos e trouxemos esse conceito de segurança hídrica. Ele é novo, não existe ainda na legislação nacional, não existe nenhum outro município no Brasil que esteja adotando esse conceito. Nós achamos que, do ponto de vista do aprendizado recente, tanto do ponto de vista da falta de água e as ações todas relacionadas ao combate e à crise de abastecimento de água recente, mas também em relação às ações aos impactos das enchentes nos municípios, uma política municipal de segurança hídrica vem contribuir muito para que a Cidade de São Paulo comece a criar uma área para olhar de forma mais integrada, no seu território – porque essa é a grande particularidade dos municípios, diferentemente da União e dos estados, é no município o interesse local, é no município onde podemos articular uma série de políticas e, nesse sentido, uma política de segurança hídrica como essa, no caso de São Paulo, já tem uma grande vantagem – e aqui, já encerrando, desculpe Vereador – que é a seguinte.

O Município de São Paulo faz um contrato junto com o Governo do Estado de contratação da Sabesp como concessionária de serviços públicos de água e esgoto. Esse contrato vem como uma forma de regulamentar a situação da Capital, com o que preconiza a Lei de Saneamento. Essa lei diz que o Município tem de ter um Plano Municipal de Saneamento para poder fazer esse contrato. No caso de São Paulo, esse plano foi feito em 2010, ele está disponível no site da Prefeitura em algum lugar. Acho que digitando no site

vocês localizam, não me lembro agora. (Pausa) Sim, em Sehab, esse plano, além da lei prever o plano, o contrato específico criou um comitê gestor do contrato, que é ao qual o Palermo se referiu, que tem essa alteração entre Governo do Estado e Prefeitura, mas também ele cria, essa lei de 2009 que aprova a Prefeitura de São Paulo fazer o contrato com a Sabesp, o Fundo Municipal de Saneamento.

Assim, o contrato com a Sabesp cria duas coisas: ele cria uma obrigatoriedade da Sabesp de investir de 12 a 13% da receita dela no Município de São Paulo, e isso é discutido por esse comitê gestor; e, em torno de 7,5% de sua receita deve ser repassado ao Município de São Paulo anualmente, e aqui estamos falando em torno de 350 ou 400 milhões de reais/ano e que é administrado por um outro conselho, que é o Conselho Municipal do Fundo Municipal de Saneamento.

Temos, então, dois importantes instrumentos: o Comitê Gestor do Contrato de Prestação de Serviços e o outro que é o Conselho Municipal do Fundo Municipal de Saneamento. Esses dois instrumentos são criados e relacionados àquele contrato. Então, por exemplo, o Município além de não ter o Plano Municipal atualizado, ele também não tem um outro dispositivo importante de controle social previsto na Lei Nacional de Saneamento, que é o Conselho Municipal de Saneamento. São instrumentos previstos em lei. Então a proposta da Lei de Segurança Hídrica vem do aprendizado com a crise de abastecimento; vem com o aprendizado da nossa incapacidade de resolver as questões de enchentes; a péssima qualidade da água; e a oportunidade que um município como São Paulo pode ter, até porque tem uma fonte permanente de recursos, de construir uma nova forma, uma nova cultura de lidar com a água no seu território que envolveria essas várias políticas. Ela é uma política integradora nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Sra. Marussia Whately, pois nos deu uma explicação de quem muito conhece todo o problema da água e uma contribuição de muita relevância.

Vou passar a palavra agora ao Vereador Nabil Bonduki e, em seguida, ao Vereador José Police Neto.

O SR. NABIL BONDUKI – Bom dia a todos, queria cumprimentar aqui o Vereador Suplicy que coordena os trabalhos, Vereador Toninho Paiva, Vereador José Police Neto, à Sra. Marussia Whately que tem sido uma grande companheira na luta pela água e pelo saneamento, pelo meio ambiente no Brasil. Saúdo também o Secretário Executivo do Comitê Gestor do Contrato entre a Sabesp e a Prefeitura de São Paulo. Queria, em primeiro lugar, dizer o seguinte, esse assunto na Câmara ganhou grande relevância durante a chamada crise hídrica de 2014/2015. Naquela oportunidade, fizemos muitos debates aqui, fizemos uma CPI na qual fui membro e colaborei muito com o relatório final que trouxe muitas contribuições e propostas e algumas estão incorporadas nesse projeto.

A crise de 2015 não é uma crise conjuntural. Na verdade, temos um processo estrutural a respeito da questão da água no Brasil e no mundo. Os estudos que tive acesso à época mostram que de cinco em cinco anos temos ciclos. Um ciclo de abundância de água na Região Metropolitana e depois um ciclo de carência. Então, a cada 10 anos, temos um ciclo de carência que pode ser um pouco maior ou menor.

A crise de 2014 foi mais grave do que outras, mas vale lembrar que 2010, 2011, mais ou menos tivemos uma crise de excesso de água. Os reservatórios, inclusive, transbordaram na região da Cantareira. Quando falamos de segurança hídrica, estamos falando de saber usar adequadamente a água para que o período de baixa, de seca, não seja tão sofrido como foi esse que vivemos. Isso tem a ver com a lógica de como a água tem sido tratada no País e no mundo. Cada vez mais ela não é só um recurso natural de uso para o bem do ser humano, mas tem sido objeto de interesses econômicos cada vez mais fortes e, com o crescimento da carência de água no mundo, esse recurso vai se tornar cada vez mais valioso do ponto de vista econômico e inclusive geopolítico.

Estamos falando de um assunto que do ponto de vista global tem uma importância

enorme do ponto de vista de um projeto desenvolvimento sustentável para o País. É claro que vamos falar do Município, de uma lei específica, mas ela tem uma dimensão muito grande e todos os impactos das mudanças climáticas têm repercussão direta na nossa água, elevação dos níveis do oceano faz com que o mar entre pelos rios – que acontece hoje no São Francisco, por exemplo – então, as populações ficam desprovidas de água doce nessas regiões e temos problemas de tratamento das questões hídricas em nível geral. Fui, durante um ano e meio, Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente e havia vários projetos de tentativa de recuperação, por exemplo, do São Francisco que estava vinculada à questão da transposição e com mil dificuldades para poder se concretizar. O São Francisco foi um dos rios que secaram nas últimas décadas a ponto de antigamente ser navegável e deixou de ser em um trecho longo dele.

O distrito de São Paulo é o maior do País. É o Município que tem a população maior do que a maior parte dos países do mundo. São 12 milhões de habitantes e não tem uma política de saneamento. Temos ações que pudessem estar ligadas à área de saneamento considerando na nossa Norma Nacional, da Lei Nacional de Saneamento, do marco regulatório. Se a gente considerar que temos a água, o esgoto, a drenagem e os resíduos sólidos, nós temos ações importantes na área de resíduos sólidos, importantíssima. Temos uma agência, a Amlurb, que supostamente cuida dessa área, embora com a concessão quem cuida dessa área mesmo são as empresas que tem a concessão desse serviço.

Temos a questão da drenagem cuidada pela Secretaria de Infraestrutura que cuida teoricamente de toda a questão dos córregos da Cidade, embora grande parte dos córregos da Cidade esteja ocupada por assentamentos precários que são cuidados pela área de habitação.

Com força do contrato com a Sabesp foi criado o Fundo e o Conselho Gestor do fundo que está na Secretaria de Habitação. Então, temos uma dispersão institucional enorme sendo que grande parte das atribuições transferimos para o Estado com uma participação, como o Secretário falou agora há pouco, quer dizer, uma participação que é binária. A cada

dois anos a Prefeitura ocupa a Secretaria Executiva e a Presidência, e depois de dois anos, isso volta ao Estado. Temos uma agência reguladora, que é a Arsesp, que é de saneamento e de energia e que, basicamente, é do Estado. A Prefeitura não exerce um poder na questão na área que poderia ser de competência da Arsesp no âmbito do Município.

A Arsesp recebe 0,25% do total da receita do saneamento. Acho que é isso. É uma receita significativa que, de certa forma, a Prefeitura, como não exerce esse papel, fica para a Arsesp e que a Prefeitura poderia exercer.

O projeto de lei é, evidentemente, uma base inicial para uma conversa que eu acho que essa conversa que está acontecendo hoje e que tem de avançar e até podemos ter não só uma lei aprovada. Quero também chamar atenção que não adianta a gente aprovar uma lei. Aliás, grande parte da lei só diz que o Município precisa cumprir as leis que existem. O que a lei está dizendo é que a Prefeitura tem que integrar as ações para poder exercer efetivamente seu papel e a previsão não pode abrir mão - e essa é a minha posição – de exercer esse papel. Concordo totalmente com o Secretário, nós temos que avançar em relação à lei no sentido inclusive e, claro, que isso não é competência de Vereador, de Câmara, e é aí que eu quero chegar, é necessário que exista um entendimento entre a Câmara e o Executivo no sentido de que se institua, efetivamente, um setor que vá cuidar de saneamento no âmbito da Lei Nacional de Saneamento, marco regulatório, que cuide desse conglomerado de ações que são extremamente importantes e que são dispersas nas várias secretarias, inclusive, por exemplo, a questão do Fundo. Não entra aqui na discussão se o valor do Fundo é pouco ou é muito, essa é uma discussão que foi denifida no contrato e poderia ser discutida, uma vez que a capacidade, a receita do Município significa – não lembro de cabeça agora, esses números – mas...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – Não, 400 milhões para o Município, do Fundo, mas a receita para a Sabesp auferida no Município ela é de 54%. Quer dizer, 54% da receita da

Sabesp vem do Município de São Paulo. E não é, embora saibamos que existe um princípio redistributivo nessas receitas, mas temos que prestar atenção que talvez o Município de São Paulo seja, com certeza, o município que tenha a maior população não servida pelo serviço de saneamento do Estado de São Paulo.

Quer dizer, se considerarmos os 2 milhões que vivem em favelas, no Município, o impacto, os problemas de saneamento de saneamento, de drenagem, de esgoto, que essa população sofre, é certamente... bom, 2 milhões já seria por si só uma população maior do que a população de qualquer outro município do Estado.

Então precisamos ter um setor que possa ter as informações, e não só a questão de ter, mas também o comando desse conjunto de ações, e que possa exercê-lo de maneira integrada, e que possa exercê-lo ainda com força para mudar o quadro e, assim, possamos enfrentar esses problemas, que são de diferentes ordens.

Acho que daqui a, provavelmente seis ou sete anos, em 2024 ou 2025, teremos outra crise. Provavelmente. Isso se não tivermos antes, porque muitas coisas estão mudando também, pois temos os problemas das enchentes também, que todo ano acontecem e temos todo um problema, toda uma outra área importante que está vinculada à educação ambiental, relacionada com a questão da água, dos resíduos, do cuidado com os fundos de vale, com as nascentes, então também faz parte dessa ação, a preocupação com a área de educação ambiental vinculada ao uso e a destinação da água e de outras áreas vinculadas ao saneamento.

Inclusive, foi aprovada, na última reunião do Conselho Gestor do Fundo Municipal, uma porcentagem que, se não me engano, é de 5%, ou de 3%, dos recursos do Fundo para ações vinculadas à Educação Ambiental que, pelo que eu tenho de informação, não foi efetivada, então, até caberia aos Vereadores que estão no exercício do mandato – pois eu não estou em exercício de mandato – um pedido de informação ao Conselho Gestor e à Secretaria da Habitação em relação a esse aspecto, que foi consequência desse processo de debate que

nós já vimos fazendo lá, em 2016.

Não quero me estender demais, acho que o objetivo é estar ouvindo todos, mas o que eu queria ressaltar é a importância, a urgência de se promover o debate desse projeto de lei, o debate com o Executivo e se avançar na perspectiva da criação de uma estrutura de saneamento integrada do Município de São Paulo com o Conselho, e faz parte mesmo disso, o Conselho Municipal de Saneamento, faz parte disso a integração do Fundo Municipal de Saneamento a essa estrutura e, se possível, avançar, inclusive, na criação de uma agência reguladora para que o Município possa ter uma ação direta no sentido de estabelecer, participar de maneira mais forte na fiscalização. Aliás é papel da agência reguladora fiscalizar, mas também trabalhar na definição de tarifas e, em última instância, na discussão de como a política de investimentos da Sabesp deve ser colocada.

Lembro ainda inclusive que, o fato de nós podermos ter uma porcentagem dessa receita, os 0,25%, permitiria, inclusive, que o Município pudesse montar essa estrutura sem, necessariamente, ter ônus financeiros na estruturação disso, porque as instalações todas, bem ou mal, estão acontecendo. Seria apenas uma mudança de o Município ter um papel mais decisivo na definição da política.

Acho também que o Plano Diretor é uma referência importante, que não esgota. É importante dizer que ele não esgota, mas estabelece passos. Vou dizer, inclusive, que ele não esgota porque na época que trabalhamos, aqui, na relatoria do Plano Diretor e introduzimos algumas questões relacionadas a esse tema, não tínhamos um interlocutor no Município que pudesse, uma vez que estávamos tratando de 200 assuntos ao mesmo tempo do Plano Diretor, num período curto de tempo, não tínhamos um setor na Prefeitura que tivesse uma expertise, um acúmulo em relação a essa área que nos permitisse apoiar e assessorar a inclusão desse tema no Plano Diretor.

Por isso digo que algumas questões são bem desenvolvidas, como a área de resíduos sólidos, mas outras muito menos, por exemplo especificamente a questão de

segurança hídrica, captação, e toda área que seria propriamente tratada pela Sabesp, que, infelizmente, não tínhamos uma interface no Município relacionado com isso.

Era isso, obrigado, acho que a discussão certamente vai poder gerar o aperfeiçoamento do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito bem. Obrigado Vereador Nabil Bonduki, sempre Vereador. Acho que foi muito importante seu mérito de articular todas as pessoas que colaboraram com a política de recursos hídricos para São Paulo.

Passo, agora, a palavra ao Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Cumprimento a todos. Serei bastante sintético. Acho que o Vereador Nabil Bonduki conseguiu percorrer um pouco da história que nos traz até aqui, debater um pouco a água que salva, a água que mata e a água que desenvolve.

Então como vamos conseguir aproveitar o fator absolutamente positivo da água em virtude de nós a condicionarmos a impor riscos, tanto na ausência dela, portanto na sua escassez, mas também na sua abundância. Então ainda é muito complexo esse binômio de alguns de nós temermos a água e, em outros, sofreremos pela ausência dela. A cidade de São Paulo protagonizou no último período algo que talvez nós não esperasse, ou melhor, se tivéssemos preparados, poderíamos esperar sempre.

Gostaria de recuperar duas passagens que acho importante para reflexão. Quando do debate em 2009 do Conselho, do Fundo, da autorização para o Município contratar a Sabesp, tivemos um papel protagonista do então Secretário de Verde e Meio Ambiente, o Eduardo Jorge. Naquela época ele conduziu, na minha opinião, de maneira muito responsável parte desse debate. E isso deu a ele, mesmo na Vice-Presidência, uma relevância que, normalmente, os Vice-Presidentes em Conselhos não têm. Estou falando isso porque essa condução do Secretário Eduardo Jorge equilibrou um pouco algo que seria recorrente e passou a ser, dentro do Conselho e dentro do Fundo, que ali não se vai para executar uma política

pública, portanto, não se vai para uma política do Estado, e se vai para buscar dinheiro. É isso que acabou acontecendo com aquilo que nós tentamos traduzir, em 2009 com a aprovação da lei; em 2010 com a assinatura do contrato e, portanto, recebendo recursos, imaginava-se que se teria a oportunidade, e aí a primeira oportunidade, de um contrato estruturado com a empresa de saneamento do Estado, ele dialogando diretamente com a política municipal e, por conta disso, você ter essa integração que tenta ser anunciada agora, num projeto, para recuperar parte do que perdemos.

Entre 2009, 2010, 2011, nos dois, três primeiros anos a integração era percebida pela sociedade, tanto que os investimentos em saneamentos eram realizados junto com os de drenagem, que eram realizados junto com os de habitação e, portanto, esses investimentos apontavam a integração dentro de uma política.

Quando acompanhamos os últimos dois, três anos, esse processo se inverte e parte do recurso acaba por ser complementar em investimentos de viário. Se nós vamos e interpretamos um pouco o que está acontecendo no Ponte Baixa, parte dos recursos do Funsai migraram de algo que era fundamental, e que era recuperação de fundo de vale, para obras complementares a um viaduto, a uma grande avenida.

Então, no ano passado e também no retrasado, eu e o Nabil participamos da CPI. O Toninho estava na CPI também, não né? (Pausa) Não. Foi uma oportunidade de entender a importância que o Município teve no início do Córrego Limpo. Foram 40 córregos recuperados. Hoje temos não mais que 8 daqueles que foram recuperados. Isso para entendermos também o que ganhamos e o que perdemos.

O esforço hercúleo para fazer Córrego Limpo e, depois, de três ou quatro anos, conseguiu-se manter 20% do que foi feito. Então são coisas que fogem da nossa capacidade de raciocínio que é recurso público investido, e dentro de um plano, com certa integração, mas que, passados alguns anos, perde-se a saldabilidade que se conquistara minutos antes.

Portanto, o projeto tem um mérito fundamental, que é, ao reescrever o óbvio, forçar

as pessoas a realizar o óbvio. Estamos num certo momento em que os nossos tomadores de decisão, muitas vezes, ao anunciar a escassez de investimento, investem naquilo que têm interesse pessoal e próprio, e não àquilo que está orientado. Assim, quando você leva à mesa um conjunto maior de atores, a responsabilidade em cima deles aumenta, tem mais gente observando e aí essa condução daquilo que querem e não daquilo que é bom para a sociedade vai diminuindo. Infelizmente, temos isso muito presente e o projeto tenta se apresentar para isso. Não é possível decisões que fogem da lógica continuarem drenando recursos para questões que estão completamente fora daquilo que a orientação que está dada, inclusive no arcabouço legal.

Então, aquelas coisas que, por exemplo, estamos pagando segurança de parque com dinheiro de saneamento não é possível fazer. Não é. É simples. Tem de se dizer 'não', aí vão falar: "Mas vai faltar segurança", a resposta é: "Vai faltar segurança, mas não vamos deixar de fazer a política de saneamento e a política de drenagem da Cidade". Vão retrucar: "Vai faltar.." e a resposta continua: "Vai", então vai faltar isso, vai faltar aquilo, porque não se teve competência para fazê-lo, mas, aquele recurso deste Fundo e daquele Fundo que integram a política que vai garantir segurança hídrica, esse por ser algo de segurança, temos de ter muita responsabilidade.

Digo isso porque tive a oportunidade de acompanhar algo muito estruturado no município de Nova Friburgo, que ao debater, e fui parceiro do Nabil para trazer parte disso para cá, mas lá conseguimos fazer o saneamento de interesse hídrico. O Nabil relatou que não tínhamos com quem conversar aqui em São Paulo para fazer isso.

O município de Nova Friburgo não precisamos dizer o quanto eles têm a chuva que mata e a chuva que salva. E lá, numa ocorrência em 2011, mil morreram. Pouco mais de mil. Então já sabemos os contornos com que aquela sociedade passou a tratar a água. E lá a legislação passou a ser orientada por esse interesse hídrico, com investigações técnicas e científicas para que você fizesse valer esse processo.

Acredito que o esforço que temos de fazer hoje à aprovação do projeto é no sentido de que temos de criar uma agenda para isso. E dizer que precisamos fechar o primeiro semestre do ano que vem com o projeto em condições de ser votado com uma agenda muito objetiva, já que instaura aqui esse debate, mas ter o começo, o meio e interpretar o fim do processo legislativo. Então, aqui vamos levar à aprovação, em tal momento iremos envolver aqueles atores que participaram da primeira jornada desse processo; no segundo, aqueles que estiveram na segunda; aqueles que estão agora e envolver quem está decidindo hoje, até para saber se está decidindo sobre a orientação que se imagina ou se ainda não conseguiu recuperá-la. Esse ano, se não me engano, foram duas reuniões extraordinárias e uma ordinária do conselho, não foi isso?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Você não tem participado delas? Então, acho que tem uma importância fundamental começarmos a sobrepor as tarefas e ir ganhando capacidade de integração dos esforços. Então, temos uma oportunidade no debate legislativo de trazer algo que é fundamental e é muito recente e o quanto conseguimos trabalhar.

O último grande recurso que inovou na área de saneamento foi o esforço de fazer com que a Sabesp enxergasse o Município como um parceiro nesse processo. Levou-se muito tempo e muita disputa, chegamos até a ter legislação que permitia descolar da Sabesp. Esse debate foi rico, porque num certo momento a decisão de manter o contrato com a Sabesp tornou-a corresponsável por questões aqui em São Paulo que ela não tinha.

É chegado o momento de ocuparmos o espaço protagonista nisso. Então, se tem um momento importante, que podemos atravessar agora, passados os cinco primeiros anos dessa relação, é ocupar um espaço protagonista, não só pelo tamanho da Cidade e aí estruturar os setores necessários para isso, mas porque é fundamental que a cidade de São Paulo também dê o exemplo para outras cidades, que muito parecidas com São Paulo, também não têm estruturados os seus setores de drenagem e de segurança hídrica. Acho que

o debate que realizaremos poderá produzir esses dois movimentos, tanto um movimento muito rico para a Cidade, mas um movimento que pode entusiasmar.

Não se trata de ter novas estruturas, mas de pegar as estruturas que já estão aqui e integrá-las de forma a dar resposta àquilo que queremos. Contem com a nossa contribuição, temos algo muito importante a recuperar num curto espaço de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Vereador Police Neto pela sua contribuição, que está enriquecendo muito o nosso debate.

Registro a presença da Vereadora Sâmia Bomfim, que prefere falar após a inscrição das seis pessoas inscritas. Vereadora Soninha Francine, seja muito bem-vinda também à Mesa.

Ouviremos as pessoas inscritas e peço que utilizem no máximo três minutos cada. Tem a palavra o Sr. Francisco Tenório, advogado.

O SR. FRANCISCO TENÓRIO – Bom dia a todos. Bom dia, Srs. Vereadores.

Para quem não sabe, eu milito na questão da sustentabilidade e preservação da água desde 2010 mais ou menos, 2008, 2010 comecei o primeiro projeto. Um dos frutos do meu trabalho foi o que tramita aqui em São Paulo, o PL 711/2015, de autoria do Vereador Jair Tatto.

Sou o autor intelectual desse projeto. Eu o idealizei, conversei com o Ewerton e o Vereador e eles abraçaram essa bandeira e hoje o projeto tramita aqui em São Paulo com o substitutivo, porque encontraram uma legislação mais antiga, defasada e fizeram uma adaptação. Um substitutivo para incluir a temática do texto numa lei já existente. Tramita também no Rio, em parceria com o Vereador Reimont e está tramitando também em Aparecida de Goiânia.

É ligado à política de uso racional e sustentável de água. Então, queria fazer apenas observações pontuais aqui, já que o meu tempo é pouco. A primeira é a seguinte: a competência para gestão de recursos hídricos é dada pela Constituição e é do Estado. As

empresas que vão gerir a parte de fornecimento de água são de competência do Estado e como é matéria constitucional não adianta o Município em si querer interferir no âmbito dessa gestão de maneira direta.

Então, qual é a saída que encontramos? Inclusive sentei com o Ewerthon para poder debater o texto final do projeto. O Município tem de tratar do tema água e outros temas, não regulamentando o fornecimento de água em si, mas nas áreas de sua competência. Então, o que nós buscamos no projeto que fizemos? Regulamentar a parte de edificação urbana. Então, nós colocamos um projeto onde as edificações novas e as já existentes se adaptassem em sistemas que gerassem economia de água e com isso resolvemos também um problema de orçamento. Por quê? Porque quando você transfere essa responsabilidade para o particular proprietário do prédio, você: 1 – movimenta a economia porque você tem o comércio, ainda que seja de valores pífios, uma família de baixa renda pode instalar aquele birro de torneira que reduz a vazão, isso não custa dez reais. Você movimenta a economia porque isso gera movimento no comércio, você gera emprego, você aumenta a arrecadação do Município, inclusive, no ISS e você não gera custo para o Estado e acaba tendo uma medida de cunho educativo.

Outro ponto que eu queria falar é o seguinte: observo que o PL 575 traz muitos princípios, mas não traz algumas medidas efetivas, o que a população deve fazer. Ele fala na questão dos relatórios, então acho que poderíamos pensar aqui em compilar esse projeto com os demais que tramitam na Casa, porque pelo menos cinco ou seis que vi, que tratam de água, e fazermos alguma coisa efetiva, senão ele vai falar que devem ser adotadas as medidas, mas vamos ter uma discussão posterior para falar como vão ser essas medidas. Não seria melhor trazer o princípio e a solução concreta de uma vez? Tenho que erradicar o analfabetismo, mas como? Eu tenho de levar professores para as áreas carentes, eu tenho de dar uma solução concreta. Então, a soma dessas atitudes é importante.

E outra coisa também que eu observei, quando fui tentar levar o projeto para a

Alesp e para a Alerj, lá no Rio também, notei uma falta de apoio dos deputados estaduais, porque nesses momentos de crise hídrica, como tivemos em São Paulo, há um interesse das empresas que prestam serviço de obra emergencial nas contratações. Então, acaba havendo um *lobby* para que não se dê uma solução definitiva para o problema e sim soluções de obras pontuais, que resolvem o problema, estacando-o no momento, mas não resolvem a longo prazo e isso me preocupa. Por quê? Quando elaboramos o projeto de uso racional, pensamos não apenas na questão da solução imediata da crise de São Paulo, mas sim em prevenir crises futuras, porque os problemas de oscilação climática vão aumentar daqui para frente.

Pensamos, por exemplo, naquela situação que o Vereda falou, tem um período de chuva e durante a crise hídrica, choveu em São Paulo. Peguei alagamento aqui. Mas, aquela água batia no solo impermeabilizado, ia para o Tietê ou para Pinheiros e não dava para ser aproveitada. Então, tem de ser uma solução conjunta, não basta apenas o projeto dizer que tem de fazer um relatório. Temos de compilá-lo com os demais para apresentar soluções concretas e de preferência que não causem grande impacto no orçamento e sejam de médio e longo prazo, *okay?*

Era a minha palavra. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Francisco Tenório. Passemos agora a palavra ao Sr. Eduardo Merheje Júnior, do Centro Democrático dos Engenheiros.

O SR. EDUARDO MERHEJE JÚNIOR – Bom dia a todos. Eu me chamo Eduardo Merheje Júnior, sou secretário do Centro Democrático dos Engenheiros, que é uma entidade formada em 1963 com o intuito de cumprir o primeiro artigo do engenheiro, que é realmente a questão social, porque ele tem a obrigação, inclusive de preservar a inviolabilidade da população. Então, essa entidade foi formada com esse objetivo.

O que tenho escutado aqui, pelo menos até agora, é uma integração de comissões, de responsabilidades de Sabesp ou de Prefeitura, mas o que precisamos mesmo é de uma

integração física desse processo. Nós temos a parte de esgoto, que é gerida pela Sabesp, que é do Estado. A parte de drenagem, quem responde por drenagem é a Prefeitura. Então, é o Município, essa integração que me parece ser mais importante do que ficarmos gerando mais e mais comissões e realmente ficarmos discutindo politicamente de poder para poder.

Não sei se isso é interessante, principalmente porque a água, se vocês pegarem uma cidade como São Paulo, São Paulo tem um espigão muito bem definido, começa lá em Diadema e termina no Pico do Jaraguá, quer dizer, é uma cidade onde está dizendo: “Olha, você é chuva, você é vertente, você é esgoto, vocês vão por gravidade”.

Então, não se começa um trabalho físico na cidade de São Paulo, nem que se faça a primeira quadra, está lá, Jabaquara, Heitor Penteado, quer dizer, vamos começar a fazer o certo. Não se faz o certo. E por não fazer o certo, nós temos uma cidade de pavimentação como um tapetinho, é tapetinho para tudo quanto é lado.

Mas, quem está estragando esse pavimento? Que gasta uma fortuna, que já tem caminhão todo equipado com isso, que pega aqui, joga o asfalto ali, faz o tapetinho, vai embora para outro? Quanto se gasta em manutenção? O Orçamento de 2018 está em 714 milhões de manutenção nesta cidade. Então, uma cidade boa se analisa quanto ela gasta de manutenção, quanto faz de benfeitoria pra a própria cidade. Então, a água é boa. A água também é ruim em determinados caos porque não se cuida dela bem, como no caso dos buracos que acontecem aí.

Outro caso também, eu fui uma das pessoas que fomentou a isenção de IPTU de enchente, iniciei um processo aqui na Secretaria de Finanças e deu resultado e consegui isenção. Só que nesse projeto está dizendo que você tem que ter dano físico dentro da sua casa para realmente ter isenção. Imagine um projeto de lei que diz um negócio desse, gente. Você não vai colocar comporta para a água entrar, pega a nota fiscal de uma geladeira, deixa pegar a geladeira, quer dize, ao invés da Prefeitura, que quer economizar, ganhar dinheiro, não, vai pagar mais a geladeira e dar isenção também. Então tem um defeito nisso, a lei

precisa ser aprimorada. A distância dos córregos era 60 metros para um lado, 60 metros para outro, depois passou a 30 metros para um lado e 30 metros para o outro, depois passo a 15 metros de um lado e 15 metros do outro e hoje é zero. Como é que a gente pode querer tamponar todos os córregos ao invés de renaturalizar? Tampona tudo, aí o pessoal sobe, sobre, as travessas começam a ter enchentes, o IPTU daquelas margens que ninguém recebia nada, a Prefeitura passa a receber, porque são imóveis feitos em áreas que era pública. O Ibirapuera está cercado de área pública invadida, os lagos do Ibirapuera que poderia estar recebendo os piscinões na época de 2001, 2002, 2003, 2004, que nós aprovamos no Plano Diretor três reservatórios que não chamo de piscinão. Então não cuidamos da água. Deixamos a água como lixo e não limpamos a água. Cidade limpa? Cidade limpa a água.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Tem a palavra ao Sr. Jurandir Passos.

O SR. JURANDIR PASSOS – Bom dia a todos. Eu falo em meu nome próprio. Eu pertenço a vários movimentos populares da cidade, então falo em meu nome próprio para não comprometer nenhum deles. No Instituto Moreira Sales, na Avenida Paulista, esse novo instituto lindo que inauguraram lá, tem uma exposição que recomendo, um documentário que é exibido no terceiro andar, em loop, ele está lá, você pode chegar em qualquer hora e assistir, que ele mostra o desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo desde o século XIX. Então estão lá todos os desastres ambientais que aconteceram em São Paulo, da água principalmente. A canalização do Tamanduateí, a Avenida do Estado, aquele esgoto a céu aberto que desagua no Tietê, no centro, onde a cidade nasceu, no porto por onde chegaram os jesuítas que fundaram a cidade. Então, no ponto de fundação da cidade existe um esgoto a céu aberto. Isso tudo está muito bem mostrado nesse documentário.

Tudo isso que se passa na cidade, desde o século XIX e antes, desde que essa Casa foi criada, todos os grandes desastres ambientais da cidade passaram pelo crivo desta

Casa. Eu quero chamar a atenção disso novamente porque nesse momento em que estamos discutindo a proteção às águas e assim como o Dr. Marco Antonio Palermo descreveu o sistema de gestão nacional das águas, a divisão de tarefas entre os Governos federal, estadual e municipal e todos tem um sistema complicadíssimo de gestão, a mesma coisa acontece com a água e com a saúde, porque o SUS, o Sistema Nacional de Saúde, também é dividido da mesma forma, com divisão de responsabilidade aos Governos federal, estadual e municipal, sob a gestão das águas por quê? Por tudo isso que foi dito aqui, a água que mata é a água que salva. A água também gera doenças quando é mal cuidada. Então essa esquizofrenia dessa Casa, que está documentada nesse documentário de mais de um século está se reproduzindo aqui porque ao mesmo tempo em que a gente está discutindo aqui a saúde, a proteção das águas, a limpeza dos córregos, a drenagem, a coleta de esgoto, o tratamento de esgotos, nós temos nessa mesma um outro projeto, de autoria dos mesmos Vereadores, Nabil e Police, que estabelece um parque de araque, em cima de uma laje, que vai ter que ser drenado, que vai ser coberto de asfalto, como toda cidade está coberta, que vai gerar uma carga de esgotos, que vai gerar um consumo de água de irrigação de área de dois alqueires. Então vocês que estão aqui que são especialistas em água devem saber quanto vai consumir de água nessa crise, nessa seca que estamos passando, com essa insuficiência de águas dos mananciais, quanta água isso vai roubar os mananciais para irrigar uma laje e dois alqueires. A carga de esgoto que isso vai gerar com a adubação química que vai ser lançada nos córregos.

Então, ao mesmo tempo em que estamos discutindo um projeto que defende as águas, nós temos um outro projeto correndo paralelamente que contamina as águas, que desperdiça água. Eu concordo plenamente com o conteúdo desse projeto, Vereadores, mas acho que falta um artigo, eu acho que falta uma defesa contra a esquizofrenia. É preciso inserir aqui algo que garanta que essa própria Casa não vai detonar esse mesmo projeto com outros projetos que não consideram isso tudo, porque essa legislação que consta daqui, todinha, que não vou citar os números, mas que vocês veem aqui, é a legislação federal que cria o SUS, os

números estão aqui, eu não estou conseguindo ler, mas vocês podem identificar aí essa legislação que protege as água contra doenças não é considerada no outro projeto que pretende detonar as águas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Tem a palavra o Sr. Brasil Laerte, da Unesca.

O SR. BRASIL LAERTE - Eu sou da Unesca, uma universidade que nós estamos constituindo, que agora em março realiza seu congresso global para instalar 300 cursos a distância e cem cursos físicos aqui no País, é uma universidade moderna de massa e também presidente da Uniglobal Trabalho e Cidade.

Aqui nós tivemos uma participação marcante em 120 audiências públicas, tanto no PDE, como na Lei de Uso e Ocupação do Solo. Qual foi a nossa tese que apresentamos na Lei de Uso e Ocupação de Solo que foi aprovada? Foram as cotas ambientais que prevê a construção de jardins verticais e a recuperação do Rio Tietê e demais rios, porque o que acontece no Rio Tietê, só para ter uma ideia, é jogado por dia mais de um bilhão e 250 milhões de litros de resíduos contaminados. O que se faz? A Sabesp trata essa água e depois é jogado nas casas residenciais. Qual é a nossa tese? É a construção de dois canais ecológicos nas margens esquerda e direita do rio com condições de interceptar tanto os esgotos residenciais e industriais, assim um projeto integrado com todas as cidades da região Metropolitana que compõem a bacia do Alto Tietê, assim construindo usinas de tratamento em cada cidade. Aí nós vamos ter um rio limpo.

Hoje temos quase 4 milhões e 250 mil de pessoas morando em favelas, terrenos irregulares, cortiços, inclusive nos mananciais. Eu apresentei a tese de entre o parque Cocaia e o Jardim encostado lá, os Gaivotas, ali um terreno que foi ocupado há mais de 25 anos pela população, uma área da família do Maluf que foi comprada com dinheiro roubado, para lavar dinheiro que o Maluf e a família dele roubava aqui na cidade e do Governo Estadual. Nossa tese ali foi a regulamentação fundiária de todo estabelecimento, assim recuperando tanto a

Billings como a Guarapiranga, porque a orla dessas duas represas estão totalmente, um crime, tem que recuperar e coloquei um projeto criando um porto lá no Jardim Cocaia, tanto para transporte de passageiros e de cargas, o que geraria mais de cinco mil novos empregos naquela região e ativando toda área comercial e industrial do Parque Cocaia, Grajaú e Gaiotas. Essa foi a nossa tese.

Mas a Unesca ela também adotou a 17 UDSs da ONU, nós criamos mais 18, vamos desenvolver 35 UDSs e aqui ela está criando a Fundação de Desenvolvimento das UDSs para transformação da cidade de São Paulo, que é transformar em cidades futuras e as cinco em conjunto para debater. Também criando o objetivo do desenvolvimento sustentável global dentro do controle social e combate à corrupção e nosso estudo a nível internacional nos 118 países, sabe o que aparece na nossa pesquisa? O Brasil o primeiro país em corrupção, em segundo vem a Venezuela, em terceiro a República do Panamá. Eu estive investigando crime de corrupção oito anos e denunciando o Rio de Janeiro, aquela máfia que o Cabral montou para roubar mais de 500 bilhões aqui e em tudo quanto é lugar, em Brasília e em Belo Horizonte. Foi um trabalho de beija-flor que deu resultado que hoje vários deles estão na cadeira através da Lava Jato. E aqui, a cidade de São Paulo é uma cidade rica, com PIB de 675 bilhões de reais e só sobra migalhas aqui para a população que é o orçamento de 56 bilhões. Por quê? São Paulo manda 40% do seu PIB para o Estado e manda 12 para o Governo Federal. Qual a nossa tese que vamos apresentar em Brasília na Comissão de Finanças com a reforma financeira? É só mandar 6% para Brasília, 25% para o Estado e demais estados, assim no ano que vem nós vamos discutir um orçamento de 140 bilhões de reais para a cidade.

Concluindo. Só a máfia que o Temer montou a nível nacional, só na cidade de São Paulo, até o final do Governo dele, eles vão roubar 30 bilhões da cidade de São Paulo. Isso é um verdadeiro absurdo. Estão faltando políticas públicas, onde se tira o leite das crianças e a corrupção roubando, desviando 30 bilhões aqui da cidade. Só esses 30 bilhões daria para fazer

um orçamento de quase 100 bilhões para a cidade. Qual a nossa tese...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Sr. Laerte ,precisa respeitar o tempo.

O SR. BRASIL LAERTE – Aqui em São Paulo tem quase 2 milhões e 250 mil desempregados. Qual a nossa tese? É isentar essas famílias que estão desempregadas do pagamento de água na cidade de São Paulo. Água é um direito, um direito universal, um dever do Estado e um direito do cidadão e um dever do Estado.

Era o que eu tinha para dizer. Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Eu queria – desculpe - Vereadora Janaína Lima, também anunciar sua presença.

Agora vamos chamar o Sr. Mauro Scarpinati. Vou pedir a atenção e se ater ao tempo concedido, caso contrário não haverá tempo para todos.

O SR. MAURO SCARPINATI - Bom dia a todas e todos. Bom dia especialmente à Mesa. Quero, primeiro, pontuar algumas coisas aqui. Primeira coisa, esse projeto é de autoria de organizações da sociedade civil, que fizeram um esforço e elaboraram um estudo e a partir desse estudo fizeram esse projeto e disponibilizaram, essas organizações, através da campanha Vote Pela Água, disponibilizou a possibilidade desse projeto para Vereadores do Brasil inteiro e para candidatos e candidatas a Prefeito do Brasil inteiro. Aqui em São Paulo os candidatos a Prefeito que assinaram o projeto foram Ricardo Young, Luiza Erundina, Fernando Haddad, esses três candidatos. Foi mandado para todos, foi mandado para o candidato Doria, para o candidato Major Olímpio, para a candidata Marta, enfim, para todo mundo. Esses três se manifestaram e assinaram. Podia ter todo mundo assinado. Os Vereadores que assinaram, os candidatos, então candidatos a Vereadores que se interessaram pelo projeto e assinaram foram Nabil Bonduki, Vereador Police, que também era candidato em 2016, Vereadores Natalini, Suplicy, Sâmia, Soninha, Jair Tatto, pelo que me lembre foram esses. Então, primeira coisa, para deixar bem claro, esse projeto é da sociedade civil.

Segunda coisa, vamos deixar bem claro o seguinte, é de competência municipal cuidar do saneamento. Se não for verdade isso, então a Justiça Eleitoral está errada, a propaganda da Justiça Eleitoral no ano passado, antes da eleição, dizia o seguinte: “É de competência do Prefeito – a primeira competência que a Justiça Eleitoral colocava – o saneamento”. Então essa história de que isso é competência da Sabesp... Podia ser a Sabesp, podia ser... É a Sabesp, mas podia ser a Odebrechet, podia ser qualquer outra empresa. A Sabesp é uma mera concessionária, é uma empresa concessionárias dos serviços. Se amanhã eu e você montarmos uma empresa para fazer saneamento eu vou concorrer e posso pegar o serviço de São Paulo se eu quiser. Tanto isso é verdade que lá na Constituição está muito claro, basta ler a Constituição, e se isso estiver errada, se essa concepção estiver errada, então a lei federal, a Lei do Saneamento do Governo Federal que está aqui colocada, Lei 11.445/2007 e as portarias do Ministério da Saúde estão todas erradas. Então para com isso.

A competência do saneamento é de exclusividade do município. Essa história de que é da Sabesp, a Sabesp é uma empresa contratada, na verdade ela tem a concessão do serviço pelo município de São Paulo. Amanhã ou depois essa Casa aqui pode, junto com o Executivo, revogar essa concessão e uma outra empresa começar a fazer esse serviço. Pronto, acabou.

O que esse projeto tenta fazer, e que o Vereador Police colocou aqui de uma maneira muito feliz? O projeto organiza o óbvio. E é verdade, a nossa intenção foi justamente organizar o óbvio, porque depois da crise de 2014 e 2015 aqui ficou uma situação muito complicada aqui em São Paulo, porque a Sabesp, empresa de economia mista, mais é uma empresa e empresa visa lucro, a Sabesp manda e desmanda na política de recursos hídricos do Estado de São Paulo. Inclusive da Cidade de São Paulo., criar um comitê gestor da crise que os municípios não tinham voz nesse comitê. O Governador baixou um decreto criando o comitê gestor da crise que se reuniu duas únicas vezes e não tinha acento de nenhum prefeito. Pior, a sociedade civil que tinha dentro desse comitê foi indicada por decreto pelo Governador.

Duas organizações, inclusive, que tinha lá, sequer foram consultadas para estar lá indicado,. O que estamos tentando fazer é exatamente isso que o nobre Vereador José Police colocou. Organizar o obvio, colocar as coisas no lugar e colocar o Município no seu devido lugar, ou seja, quando o protagonista do processo de saneamento. Só isso que queremos fazer. Ordenar as coisas para que o Município comece a dizer para a Sabesp. Sabesp: olha vamos dar um exemplo bem banal, a minha prioridade é botar esgoto nos próximos cinco anos nas regiões “X” “Y” “Z” e não onde você quer colocar porque interessa mais ao seu processo de investimento e ao processo de lucro para que você possa ter para dividir dividendos com seus associados, ou para as suas ações valorizarem mais na bolsa de São Paulo ou de Nova York. É isso que estamos tentando com esse PL, Só isso. E quiça. Depois desse PL, avançamos um pouquinho mais para criar o conselho municipal de saneamento de verdade. Um conselho municipal que faça planejamento do saneamento da Cidade de São Paulo com transparência, com participação de verdade da sociedade civil, que não seja um conselho municipal que fique trancado em um lugar que a gente não consegue acessar, que não sabe o que estamos fazendo, que não sabe que plano que está fazendo, que não fique transparente os planos. É isso que estamos querendo fazer. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Com a palavra a Sra. Guidi Amaral, da Mancari.

A SRA. GUIDI AMARAL – Bom dia a todos! Tenho duas perguntas: a primeira seria dirigida a um dos Srs. Vereadores da Mesa, que se sentirem a vontade para responder. Quais os principais obstáculos para aprovação deste projeto e quais ações poderiam ser feitas pela sociedade civil visando essa aprovação?

Segunda pergunta, dirijo a Marussia. Se aprovado na Cidade de São Paulo, esse projeto, em que medida ele influenciaria a segurança hídrica em outros municípios no nosso estado ou mesmo do Brasil? Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Com a palavra a Sra. Glória

Miler.

A SRA. GLÓRIA MILER – Bom dia a todos! Falo em meu próprio nome pela responsabilidade de cidadã. Quando uma Câmara Municipal, de uma cidade, do tamanho de São Paulo precisa que o movimento popular lhe direcione a vontade de fazer um projeto de lei para solicitar dos governantes que cumpram a lei. Gente, o que é isso? Além do quê acredito que se fala muito da falta de água. Eu gostaria de conversar com os senhores e perguntar: tem rios aqui em São Paulo? Têm nascentes aqui em São Paulo? É muito pouco. Falta água ou sobra lixo pela irresponsabilidade de quem quer que a cidade cresça e não tem responsabilidade. Eu até gostaria de perguntar ao senhor que está representando a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, porque o que eu vejo, e olha que ando, mais pelo Centro e pelos bairros aqui, para os lados do Morumbi também tenho andado, mas sobe torres e torres e torres... No Centro de São Paulo, um horror. Desce Augusta, um horror de torres, e torres, torres... Como está equacionada a coleta do esgoto desses prédios? E a coleta do lixo desses prédios que vai uma população jovem que come muita coisa industrializada, que faz um lixo gigantesco de produtos descartáveis, tudo misturado, porque tenho andado nesses prédios e tenho visto e pergunto. Tudo misturado. Então não temos problema de água. Temos problema de irresponsabilidade com esgoto e com o lixo. E sabemos que isso dá muito dinheiro. Nós todos aqui da Cidade de São Paulo e de muitas outras cidades, somos vítimas dessa exploração desmedida. Os prédios crescem e o esgoto vai para onde? Sempre falo, qualquer dia São Paulo, vai amanhecer num mar de merda. Porque é isso que vai acontecer e eu gostaria e não é a primeira vez que falo, que quando a gente discute água, a gente primeiro tem de falar do esgoto e do lixo, porque a gente paga pelo esgoto e pelo lixo. Eu mudei para uma cidadezinha, - fico um pouco em São Paulo, um pouco lá – fiquei quase um mês fora, eu gastei mil litros de água, porque tem uma pessoa que vai lá fazer a limpeza para mim quando eu não estou, gastei mil litros de água no mês. Sabe quanto que eu paguei? 43 reais de conta. Gastando mil litros de água. então nós pagamos muito bem a Sabesp. A Sabesp adorou fazer

o contrato assinado tal, porque ela tinha que dar conta para os seus sócios, que levam o nosso dinheiro, ela tinha de dar conta de estar estabelecida e qual é o filé mignon da água e do saneamento no Estado? São Paulo. Quantos por cento? Mais da metade que a Sabesp lucra e distribui e aí uma porcentagem, e a lei, aceitou essa porcentagem. Então eu chamo a responsabilidade da casa, tudo bem, o óbvio a gente precisa dizer, estou dizendo o óbvio. Estou dizendo o que todos sabem. Não estou trazendo novidades para ninguém. Todos que estão sentados aqui sabem do que estou falando. Só para complementar. O direito à vida, inclui: ar respirável, água potável e segura e comida saudável e nós não estamos tendo nada disso. Não tem governo segurando nenhuma dessas três vertentes. São Paulo fica – cão com dois donos, fica sem dono – O ar que respiramos finge-se que o índice está correto porque se aumenta o índice. Houve até uma programação da sociedade paulista de medicina quando saiu essa história de que o ar estava ótimo em São Paulo, segundo o Governador, como também ele diz que não tem crise de água. Eu também acho que de água não tem crise, tem crise de sujeira.

Mas, a Sociedade Paulista de Medicina ia fazer um movimento, avisou todo mundo no *facebook* e na véspera do acontecido sumiu e não teve nada, alguma coisa aconteceu, não é? No reino das águas sujas. E eu gostaria, então, estou aqui para defender isso: ar respirável, água potável e segura, tiraram a palavra esgoto, agora é esgotamento sanitário. É uma coisa que... eu acho que a gente tem de falar da m... mesmo, do esgoto, porque todo mundo sabe que esgoto é isso. Quando tiraram o direito, as prefeituras disseram: “agora não temos direito sobre a água, sobre a legislação dos rios e tal”. É do Estado. Eu não achei que isso foi... essa reclamação cabe, porque na verdade as prefeituras se deram o direito de jogar todo o tipo de esgoto no rio e está cada vez pior, certo? Mataram os rios. E esse crime, ninguém paga? Nós é que vamos pagar? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito bem, Sra. Glória. Muito relevantes essas suas questões.

Tem a palavra o Sr. Everton, chefe de gabinete do Vereador Jair Tatto e para concluir a Sra. Monica Seixas, do mandato da Vereadora Sâmia Bomfim.

O SR. EVERTON – Bom dia a todos. Primeiro queria justificar a ausência do Vereador Jair Tatto, que fez uma cirurgia na quinta-feira e ainda permanece em repouso.

Acho que esse projeto tem tudo para dar certo, porque eu ainda não conheci pessoas, brinco que são os “MM”s, não conheci pessoas mais especialistas na água do que o Mauro, a Marussia e acho que tem o Marcelo. Eles que são os organizadores do “Abraço à Guarapiranga” todos os anos e Vereadores mais estudiosos do que o Police. A Soninha e a Vereadora Sâmia eu ainda não vi nesta Casa.

O que eu ia perguntar na verdade é se existe algum município brasileiro que já tem essa gestão democrática, ética e participativa, ou seja, existe algum conselho popular ou tríplice, que envolve a sociedade civil organizada, o Governo e empresas? Existe esse conselho em algum município do Brasil e se é possível os Vereadores, os próprios autores, realizarem através da Escola do Parlamento ou não um seminário que pudesse ser, talvez, o dia inteiro, mas que pudéssemos aprofundar mais algumas questões? Porque esse projeto realmente é o pé inicial, mas ainda acredito que caberão muitas emendas a partir desse debate, inclusive o primeiro que está acontecendo hoje.

É só isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Everton. Tem a palavra a Sra. Mônica Seixas, para concluir. Depois passaremos à Mesa novamente.

A SRA. MÔNICA SEIXAS – Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Mônica, estou assessora da Sâmia Bomfim, mas a nossa história de militância começa justamente com a água. Eu sou do interior de São Paulo, Itu, também é uma história com a aliança pela água. Fiz parte de um movimento social chamado “Itu Vai Parar”, que compõe a aliança, autora desse projeto.

Respondendo à sua pergunta, entre 2014 e 2015, cerca de 85 cidades em São

Paulo entraram em colapso de abastecimento e tivemos medo que isso acontecesse em São Paulo também, a minha cidade é uma delas. Ausência total de água, falência de negócios, pessoas mudando, virou uma cidade fantasma, foi bastante complicado.

Depois desse processo passamos por um processo de remunicipalização de serviço de água e esgoto. Hoje temos um SAAE na minha cidade, que é gerido por uma autarquia e um conselho tarifário paritário, metade sociedade civil, metade Poder Público. Então, existe Itu hoje.

A questão da água é bastante complexa e passa por diversos temas. Um pouco da minha experiência, mas também eu vivi profundamente aqui através da aliança, que eu já militava na época, que é o caso de São Paulo. Temos a questão de saúde diretamente ligada e queria tocar nesse ponto também.

Quando há ausência de água e precisamos também falar um pouco do desperdício da água tratada, queria até saber se temos esse número hoje, qual é o tamanho do desperdício de água tratada em São Paulo? E quando temos um volume tão grande – na época estimava-se cerca de 30%, 35%, 40%, enfim – também há um problema de transparência. Quando falta água e a tubulação fica vazia há um refluxo de água no cano.

Então, muito comumente ouvimos falar que as pessoas recebem barro na torneira e também não sabemos se há esse vazamento no esgoto, se a tubulação de esgoto fica perto da tubulação de água e se há refluxo de esgoto na tubulação de água. Mas ouvimos falar de uns cem números de pessoas muito doentes em 2015 e nunca tratamos desse tema também.

Outra questão também é a econômica. Quando falta água negócios fecham e as pessoas ficam desempregadas. Então, é urgente, é latente discutir esse tema. Temos problemas em São Paulo, a fala que me antecedeu foi muito assertiva, não há falta de água, o que falta é acesso à água, porque ela está inacessível, ou porque está subterrânea ou porque está poluída.

Mas, ou temos desabastecimento de água ou excesso de água em São Paulo,

como é o caso hoje. Só passei aqui para lembrar que temos doze pontos de alagamento hoje em São Paulo, estamos em estado de atenção e o Governo esse ano deixou de investir em prevenções de enchente. Então, precisamos falar de um plano para reaproveitamento de água de chuva, que também é possível.

São questões muito complexas e eu deixo aqui uma pergunta sobre o esgotamento, sobre o refluxo, sobre o desperdício de água. E também deixar aqui todo o meu desejo para que esse projeto avance, porque é muito necessário e sim, que esse projeto no futuro abra precedentes para uma autarquia, para uma agência reguladora do serviço e também para um conselho tarifário paritário das duas partes. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Mônica Seixas. Darei a palavra às Vereadoras Soninha, Sâmia e Janaína, porque ainda não falaram.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Bom dia a todas e a todos. Vou falar bem brevemente, porque já fui bastante contemplada, inclusive a fala da Mônica comprova aquilo que sempre dissemos: os parlamentares e vereadores não são nada sem a sua assessoria de acompanhamento para ajudar-nos a desenvolver e a formular a respeito dos temas.

Primeiro quero agradecer, porque na última semana pude me reunir com a Mariana para entender um pouco mais sobre esse projeto, tanto da consolidação da aliança pela água, que se formulou principalmente a partir da crise de abastecimento e não de crise hídrica em São Paulo - é importante que isso seja frisado -, bem como a forma como esse projeto foi pensado e estruturado.

Achei muito interessante mencionarem que na verdade ele tem como fim estipular o óbvio na cidade. No entanto, o óbvio precisa ser dito, precisa ser afirmado, precisa surgir como um confronto, principalmente se pensarmos que a cidade de São Paulo surgiu e se consolidou sobre rios e mananciais. Se formos pensar, a própria Câmara de Vereadores está sobre um deles, que é o Jaceguai.

Esse projeto de desenvolvimento que foi feito na cidade sempre desrespeitou o

caminho natural das águas, enfim, a forma como a cidade é muito rica em sua hidrografia, mas ainda tem um grande problema de escassez. No dia como hoje, por exemplo, de excesso de água em vários pontos.

O tema dos alagamentos. Sabemos quais são as pessoas mais atingidas, porque diz respeito a regiões da cidade que são mais dramáticas em todas as suas condições de vida. Então, discutir o óbvio, na verdade, é urgente.

Respondendo já à pergunta de uma moça que estava sentada aqui: de que forma a sociedade civil poderia ajudar para que ele vá adiante aqui na Câmara e quais os possíveis obstáculos? Os obstáculos são aqueles que fizeram com que não discutíssemos esse projeto até hoje, que são as forças ocultas e muitas vezes explícitas que estão por trás desse projeto de cidade, que não garante água enquanto direito.

São setores que lucram muito com o desperdício. Lucram muito com o fato de muita gente não ter direito e não ter acesso à água. Lucram muito com as enchentes. Hoje ouvi na rádio CBN de manhã a respeito desses pontos de alagamento, uma cobrança sobre o fato de que a Prefeitura não investiu, segundo eles, o dinheiro que deveria ser investido, na verba de combate às enchentes.

Ainda que isso seja importante eu me pergunto se essa realmente também é a melhor forma, porque se fazemos um combate paliativo às enchentes na medida em que não temos plano de fato de segurança hídrica, se não é o dinheiro que também está escorrendo pelo ralo sem ter uma efetividade para o conjunto da população. Então, imagino que esse projeto possa ser – fazendo uma analogia com a terminologia – um divisor de águas nesse tema. Porque é a primeira vez que a Câmara lida com o tema da segurança hídrica enquanto conceito, um conceito complexo e incompleto, que diz respeito tanto à recuperação e à preservação dos corpos de água urbanos e também uma forma de que a população tenha outra cultura com a água.

É importante dizer, por exemplo, que uma série de bairros da cidade foi se

consolidando ao longo do tempo e alguns ainda estão nesse processo através de ocupações urbanas. Nesses locais de ocupação a água não chega, porque a Sabesp não fornece o abastecimento. Então, de que forma podemos garantir que uma grande escala da população da cidade consiga também ter acesso à água enquanto direito humano?

Para concluir, porque já falei bastante, quero dizer, assim como a Mônica, que é uma questão de saúde pública. Hoje em dia se fala muito do ponto de vista da economia, de gastos da Prefeitura, etc., o quanto não podemos no futuro economizar com problemas de saúde pública. Se tivermos uma boa gestão dos nossos recursos hídricos e também o quanto não podemos avançar do ponto de vista humanitário, de garantir de fato a água enquanto um direito universal e social.

São questões importantes em que podemos avançar. Gostei muito da sugestão do colega, chefe de gabinete do Vereador Jair Tatto. Podemos fazer seminários constantes sobre esse tema a partir da Escola do Parlamento. Acredito que a sociedade civil, tanto as pessoas ligadas à aliança pela água, como também uma série de outros setores têm muito a contribuir para que possamos desenvolver esse projeto e tantos outros. Talvez eles sejam muito mais enriquecedores do que audiências públicas como essa, que muitas vezes são pontuais e trazem o debate importante, mas não nos permitem aprofundar no tema com a urgência e a necessidade que tem.

É isso, obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Vereadora Sâmia Bomfim.

Tem a palavra a Vereadora Soninha Francine.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada, Vereador. Fiz uma série de anotações, comentários meio pontuais.

Sobre a dificuldade da votação em plenário tem outra questão que não tem nada a ver com o mérito de qualquer proposta. Os projetos são votados em plenário numa distribuição

assim mais ou menos igualitária, de modo que cada Vereador consiga aprovar um ou dois projetos de sua autoria a cada rodada de aprovação de projetos de Vereador. Isso acontece em duas ou três vezes por semestre.

Então, dentro dessa divisão é preciso que algum Vereador, alguns Vereadores digam: “Olha, de todos os projetos que eu tramito aqui na Casa, o que eu espero que seja aprovado na próxima rodada é esse”. Isso funciona para todas as votações, as chamadas matérias polêmicas, que mais frequentemente estão ligadas à pauta de comportamento do que outros tipos.

E o que a sociedade civil pode fazer em relação a isso? Pode fazer uma pressão, uma pressão que não precisa ou talvez nem adiante num primeiro momento, que seja uma pressão de manifestações ruidosas. Uma pressão mais no corpo a corpo, de pedir para que a presidência da Casa, as Lideranças todas das Bancadas chamem para si, que esse projeto, vamos dizer, seja fora da cota de qualquer Vereador, que esse projeto entre na pauta como de autoria coletiva mesmo, transpartidária, suprapartidária, porque isso tem viabilidade. E esse projeto, como vários de vocês já disseram, e qualquer um que lê o projeto vai ver, 90% dele é dizer cumpra-se a lei tal, compra-se a norma tal. É difícil achar um Vereador, um líder de Bancada, que chega e diga que é contra. É até mais fácil o Vereador dizer que é a favor do que se engajar mesmo, mas então se ele puder entrar no movimento superpositivo é bacana. Quem é que vai se recusar? É como dizer: paz mundial, eu não assino, isso não é da minha área.

Então colocar em pauta não é assim tão difícil, é um projeto fácil de os líderes dizerem que a gente vai fazer parte disso, todos juntos vamos construir alguma coisa importante para o bem da cidade. Outra questão muito importante que foi colocada aqui: existem muitos pedaços de lei, projetos de leis, planos municipais e alguns que são leis e outros decretos, outras portarias, documentos finais de conferências tratando desse tema, então a gente também precisa se esforçar e isso assessoria técnica da Câmara Municipal e

dos gabinetes interessados podem fazer. Consolidar um estatuto, ou que não se dê esse nome, mas que aproveite até a ocasião desse projeto para incorporar outras matérias das quais a gente está de acordo e, ao mesmo tempo, revogar alguns pontos de lei em vigor, que já tenham ficado ultrapassados.

Então vasculhar esse arcabouço nosso aqui de 16.000 mil leis e centenas de projetos de lei em tramitação. Essa é uma boa ocasião, todas as ocasiões são boas para fazer isso, mas tendo um guarda-chuva como esse, fica ainda mais propício. A gente não pode esquecer de tratar de segurança hídrica e olhar para isso em todos os recursos destinados à arborização urbana, em todos os recursos destinados a projetos de moradia, especialmente, regularização fundiária. Fala-se em habitação e produção de milhares de unidades, mas a gente tem um desafio de regularização fundiária que é muito maior do que isso, então tem que ser para puxar esse tema.

Falou de moradia, aí tem água e tem a proteção das margens, das fontes das minas, dos olhos d'água. A gente agora está vivendo, acompanhando uma tragédia que é a do Residencial Nova Espanha, no falecido Parque dos Búfalos. Aquilo é uma aberração absurda e vai contra o que foi dito ali, que está na hora de começar a fazer o certo. A gente cometeu muitos erros que já não cometeria de novo, porque já temos uma noção melhor. Quando Prestes Maia anunciou um plano de avenidas, os fundos de vales, parecia lindo na época, e a gente já sabe que é um horror, mas continua fazendo a mesma coisa.

Quando veio o plano de mobilidade urbana, passa por cima de córrego até hoje novas avenidas, então a gente precisa lembrar disso também, quando alguém anuncia uma nova avenida, isso implica, inclui a canalização de um córrego.

Para concluir, quando a gente fala em proteger a água todo mundo está de acordo ninguém é contra, mas desce lá para o seu reduto e o cidadão quer que canalize o córrego. Vai explicar para ele, e tem que explicar, a Escola do Parlamento, televisão, jornal, CBN, explicar para o cidadão que pode parecer melhor, eu entendo que pode parecer melhor. O cara mora

em cima de um córrego, de um ex-córrego, coitado, fedido, ele mora em cima do esgoto, de ratazana, de lixo, não tem coleta de lixo domiciliar. Aí ele quer que canalize o córrego, não me venha com outra solução. Os parques lineares que foram feitos nos últimos anos em São Paulo, foram brigados, por um anjo, por um Eduardo Jorge, quase um Dom Quixote, que falou que não ia canalizar e queria fazer parque linear.

Então, quando as pessoas de exemplos de antes e depois, dá para fazer direito não precisa enfiar para dentro de uma manilha e vocês aqui não vão mais sentir o cheiro ruim. Essa é uma briga mais séria com a Casa, por exemplo, por que os Vereadores são assediados o tempo todo, pelo amor de Deus, você prometeu canalizar córrego. E aí os Vereadores esses sim tem que ser, é a base eleitoral deles e tem de ser trazida para o nosso lado, desse pensamento mais de médio e longo prazo. Também não é muito difícil fazer o desenho e explicar que não vai dar certo ficar tapando mais ainda.

O mais difícil é convencer o Vereador até porque o eleitor dele está dizendo para ele não aparecer mais ali, se ele não conseguir a canalização do córrego. A gente tem que se dar esse trabalho.

O movimento ambientalista faz isso há anos, de dizer para as pessoas que descartável é muito fácil e prático, só que não. Tudo a gente joga para dentro. A causa ambiental ela é bastante impopular no começo, mas com o esforço de adesão e movimentação, felizmente as crianças vem mais imbuídas e ajudam a mudar os hábitos dentro de Casa e estão facilitando esse nosso trabalho. Está aí mais uma tarefa para fazermos juntos com a sociedade civil. O poder público, o Executivo e o Legislativo não vão dar conta disso sozinho, até porque, lá vem o governo para me falar para não jogar lixo no mato, e daí? Agora a sociedade civil, junto com a gente, pode ajudar a transformar a cultura de entender o que significa mesmo uma política de segurança hídrica para o bem de todos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Soninha Francine. Passo a palavra para a Vereadora Janaina Lima.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Obrigada, Presidente, cumprimento a Mesa na sua pessoa. Eu acho que a Sônia falou tudo, fez um grande resumo dessa brilhante audiência. Quero cumprimentar todos vocês que vieram aqui, participaram, contribuíram com o projeto. A gente precisa se engajar como sociedade civil e apoiar os poderes a fim de que os interesses da sociedade sejam preservados. Acho que esse projeto organiza o óbvio. Precisamos fazer com que esse óbvio aconteça e isso não vai ser possível se a sociedade não abraçar esse projeto e fazer com que ele aconteça.

A Soninha trouxe um pouco da realidade de como funciona a Câmara Municipal, que deve garantir uma transparência no trâmite aqui com a sociedade. Acho que o que eu colocaria como complemento de tudo o que foi falado é um péssimo serviço que a Sabesp presta para a sociedade. É inclusive o momento de a gente refletir se esse monopólio é, de fato, interessante para a sociedade. Se talvez não chegou o momento de o Município de São Paulo pensar de uma forma arrojada e pensar em outras prestadoras de serviços e a gente, de fato, construir qual é o melhor modelo de prestação de serviço para a sociedade a fim de que a gente garanta a água potável. Vou a muitos debates de meio ambiente e quando a gente fala de mudanças climáticas eu digo sim a cidade mais rica do Brasil e política de meio ambiente é a água potável e asfalto, não tem como. A gente ainda não conseguiu garantir a universalização ao acesso à água para as pessoas.

Então, eu que abraço a primeira infância como uma grande bandeira, imagino que uma criança não tem sequer uma água potável em Casa. É um grande compromisso e algo que toca com a Soninha disse, não tem como um Vereador não abraçar essa causa. Vamos olhar esse momento comum, abraçar essa causa, e fazer com que todo e qualquer cidadão tenha direito à água na torneira da sua casa. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigada, Janaína Lima. Eu passo a palavra ao Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Efetivamente a gente deu o primeiro pontapé aqui.

Estamos falando de coisas mais genéricas e não entrando no projeto propriamente dito, em questões que a gente poderia acumular, mas isso faz parte do processo. Então queria falar uma coisa de ordem mais genérica que eu acho que tem impacto aqui. Quando a gente fala que tal política pública não é feita ou é feita de um jeito ruim, acho que a dona Glória tocou no assunto que para mim é o centro da discussão. As coisas são assim porque as pessoas lucram com isso. Não dá para tirar esse elemento da discussão que estamos fazendo aqui. Tratamento de lixo, esgoto e água, as pessoas lucram com isso do jeito que são, se a gente falar do nosso Planeta e do nosso sistema, nós estamos, a revolução burguesa começou em 1789, uma sociedade mais consumista de décadas para cá. O Planeta não está aguentando, com um terço do Planeta consumindo, por que a África Ásia e América Latina quase não consomem. Se a gente consumisse o padrão norte-americano o Planeta já não aguentaria. A gente ia atrás de energia e uma série de matérias primas para conseguir fazer esse nível de consumo. Isso tem que ser debatido na nossa sociedade, isso permeia todas as questões que estamos falando aqui. Outra coisa é o poder do capital e do dinheiro.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Acho que é muito mais os efeitos econômicos dele do que o lucro porque, na realidade, com o lucro ou sem lucro, você tem uma exploração negativa da atividade porque se não a gente vai ficar brigando com lucro, mas não vamos brigar com a atividade econômica que ele está envolvido e vamos ficar sem resposta nenhuma.

O SR. TONINHO VESPOLI – Se você for ver o nível de consciência do empresário, então vamos falar da especulação imobiliária na cidade de São Paulo, quando foi levantado aqui o Parque dos Búfalos a gente colocou um técnico lá e levantamos 17 nascentes no Parque dos Búfalos e ali foi um empreendimento de entes municipais, federal, nacional para fazer aquele crime ambiental.

Uma pergunta que faço para o Marcos é se vai licenciar o empreendimento ao lado do parque das nascentes. “Para mim isso é um crime, os órgãos públicos que deveriam nos proteger e proteger a sociedade civil é por conta do lucro exacerbado e da especulação

imobiliária e do lucro a qualquer preço, intervém inclusive em leis, e as leis são feitas para abrir brechas”. A lei de compensação não desmonta todas as leis. Ou seja, você depois pode passar sim por cima de matas.

Eu, por exemplo, para vocês terem uma ideia, eu moro na periferia, na região do Parque São Lucas divisa com Sapopemba, comprei um imóvel a uns oito anos atrás um imóvel para morar e percebo que a minha sala é altamente fresca, quando está calor, eu deito no chão, no piso da minha sala, e aí conversando com a minha vizinha, estranho da cozinha na não é assim e eu descubro que minha sala foi feita em cima de uma mina, que é canalizada para o esgoto. Se tiver uma crise de água eu vou quebrar o meu piso pelo menos se a água for potável eu faço um laguinho e ainda tomo um banho. É isso que eu estou querendo falar: o poder do capital é iminente nessas questões. Não era para ter uma casa lá, mas o lucro a mais, o lucro máximo, é uma casa lá. Vou deixar de construir residências no Jardim Pantanal que fica alagado quanto tempo e o poder público não consegue dar uma solução para aquilo.

Então, se a gente não discutir que o lucro está acima inclusive além das relações humanas para se viver bem, eu acho que não tem como o estado, ele tem que ser o regulador dessas relações E pior, vamos ser sinceros, duas coisas que vão dar lucro nesse próximo século, as informações de dados e água. Vai ser mais que petróleo.

“Essas relações que estamos levantando, não vai tender a melhorar, vai tender a piorar para o próximo século”. E aí tem que ter enfrentamento da sociedade civil porque sem enfrentamento nós estamos perdendo, quando as pessoas estão reclamando uma série de questões, é que por enquanto nós estamos perdendo a batalha porque a sociedade ainda não se ligou do que está acontecendo e dos interesses econômicos fortemente que estão envolvidos nessas questões.

Concordo com o Mauro, a gente tem que discutir fortemente a questão do Conselho, que geralmente é paritário entre governo. Nem sempre é paritário, geralmente os governos tem mais peso e quando é paritário, metade governo, metade sociedade civil, mas a

composição da sociedade acaba colocando geralmente as pessoas que não são as que sofrem diretamente com as questões. Ou seja, dificilmente uma associação lá do Pantanal vai estar envolvida em algum conselho, ou lá no fundão da zona sul, mas vai ter um representante da Fiesp, de uma sociedade comercial, um representante do não sei o quê, e nem sempre essas pessoas, apesar de serem da sociedade civil, estão representando também a diversidade da sociedade civil. Então um conselho para valer tem que ter um peso da sociedade civil, mas das organizações, dos estudiosos da academia, que realmente estão envolvidos com o tema e que representam a pluralidade da nossa sociedade. Também quero concordar com o Mauro e acho que o que a Sâmia reforçou e que o assessor do Tatto falou, também quero reforçar: a gente teria que começar um debate, queremos aprofundar, e de repente a Escola do Parlamento podia ser bem viável para a gente fortalecer essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Tem a palavra o Sr. Marco Antônio Palermo.

O SR. MARCO ANTÔNIO PALERMO – Obrigado, senhor Presidente. Vou complementar algumas questões que foram levantadas e outras informações também que acho que são relevantes. Com relação ao nosso contrato, que existe entre o município e a Sabesp, precisamos apenas da ciência de que existe uma atualização periódica a cada quatro anos, das suas metas, planos de investimento e dos indicadores de desempenho.

Então, a cada quatro anos isso é obrigatoriamente revisto. A primeira revisão aconteceu em 2015, logo depois de terminada aquela gestão da crise hídrica, que houve aquele plano de contingência, que inclusive atrasou um pouco por conta disso. O que pautou essa revisão é que tiveram transformações muito importantes que nós estamos começando a sentir. A primeira foi a despoluição hídrica, que é o grande problema da cidade. Anteriormente da despoluição, nós precisamos despoluir. Essa é a solução. Essa é a grande questão e essa questão era tratada simplesmente com o Programa Córrego Limpo, que foi um programa emblemático que era tratada mediante convênio, a parte do contrato. Existe um convênio entre

a Sabesp e a Prefeitura de São Paulo, que havia inspirado então de 2013 a 2016 não se avançou na despoluição propriamente dita e sim no saneamento. Saneamento significa coleta e o afastamento dos esgotos e é levado para a estação de tratamento, mas não na despoluição.

Na revisão contratual, já fizemos exatamente isso. Nós incorporamos no contrato como meta obrigatória da Sabesp até 2039, que é a vigência do contrato, a inclusão de investimentos exclusivamente para o Programa Córrego Limpo, ou seja, para a despoluição e não somente para a coleta, afastamento e tratamento do esgoto. Então esse é um avanço importantíssimo que agora nós estamos, digamos, oficializando dentro do escopo do contrato e que não estava.

Então essa era uma das razões pelas quais nós temos muita poluição: devido ao lançamento de esgoto e não tínhamos uma correspondência de tratamento da água daquela poluição hídrica, gerada pelos lançamentos de esgotos nos córregos. Estou ressaltando o avanço que antes não existia, digamos, a vinculação do Programa Córrego Limpo com a Sabesp era um convênio que havia expirado, então agora está dentro do contrato, ou seja, era um objetivo permanente mensurável e com recursos destinados. Isso é o que eu ressaltei.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCO ANTÔNIO PALERMO – A coleta de esgoto continua sendo feita. Alguns casos acontecem se esse lançamento de esgoto tem que ser corrigido, e é objetivo contratual a correção desse lançamento de esgoto. O que eu estou dizendo é o seguinte, além do lançamento de esgoto a poluição hídrica não é só gerada por lançamento de esgoto, existe uma coisa chamada poluição difusa se, por exemplo, no momento em que nós tratarmos 100% dos esgotos, isso a senhora não sabe, totalmente, sabe qual vai ser a situação do Rio Tietê e do Rio Pinheiros? A mesma. Continuariam sem vida por conta da poluição difusa.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCO ANTÔNIO PALERMO – Está certo. Então existem vários

componentes, estamos falando de coisas diferentes. Os esgotos domésticos, esgotos sanitários...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCO ANTÔNIO PALERMO – Não, tá bom, então nós vamos essa é uma questão, os esgotos sanitários são uma coisa, a poluição difusa é outra. Então estamos tratando de segurança hídrica, meu senhor, isso é outra questão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Vou pedir para respeitar a fala do senhor Marco Antônio.

O SR. MARCO ANTÔNIO PALERMO – Eu gostaria de concluir porque senão não fica possível. O Programa Córrego Limpo, que trata da despoluição hídrica foi um objetivo associado ao contrato que contribuiu bastante e está exatamente nessa linha que a população e a sociedade requer.

Com relação ao Córrego Limpo, nós já temos 151 córregos recuperados. É lógico que 151 no universo de milhares pode parecer pouco, mas são 151 está na comissão e a senhora pode acompanhar a comissão temática do Córrego Limpo, que se reúne periodicamente. A última reunião foi na semana retrasada e todos são convidados, é aberta, a comissão é aberta todos participam. A cada reunião nós acompanhamos uma planilha. São duas planilhas que cabem nessa mesa inteira para o acompanhamento dessa revolução. Então essa é uma missão que comitê avançou muito.

Outra missão aquilo que foi com relação àquilo que os senhores colocaram, que é a área atendível no Município. Anteriormente à revisão contratual, a área atendível do município não era todo o município, entretanto, a partir da revisão contratual, a área atendível do Município, pelo contrato com a Sabesp, passou a ser todo Município exceto a área onde é vedado a ocupação urbana, por conta das áreas protegidas por lei, as áreas protegidas ambientalmente. Essa exceção foi ampliada. Isso é muito importante, é um avanço no contrato muito importante e é importante ter conhecimento. Com relação aos limites de segurança

hídrica, que é o objetivo aqui desse PL. Os níveis de segurança hídrica nós aferimos anualmente as metas do contrato com a Sabesp. O contrato prevê a obrigatoriedade de investimentos da concessionária de no mínimo 13% da sua receita exclusivamente ao Município de São Paulo e evidente que os investimentos da Sabesp, ela atua na região metropolitana, e existem investimentos que são exclusivos do Município e investimentos que são compartilhados com os demais municípios.

Entretanto eles têm o objetivo, é meta, ou requisito mínimo, de investir 13% dos recursos arrecadados no Município de São Paulo, exatamente por conta do aumento e dos requisitos da necessidade do aumento da segurança hídrica. Em 2016 os investimentos da Sabesp não foram de 13% foram de 30%, o que denota um grande entendimento deles e exatamente a necessidade de um esforço muito maior nesse sentido para um investimento maior em abastecimento público. Este é outro dado importante que nós precisamos mencionar.

Outra questão que eu acho importante mencionar é que fica patente aqui pelas falas todas que a premissa da política de segurança hídrica necessita de gestão compartilhada e integrada. Isso é óbvio e nasce exatamente de uma demanda do povo que o Legislativo e o Executivo tem a obrigação de cumprir aquilo que evidentemente as leis estabelecem.

Então essa proposta foi muito a favor daquilo que é necessário mesmo. Com relação à fala da Vereadora Soninha, eu gostaria de cumprimentar porque realmente a assessoria técnica legislativa tem um papel muito importante de organizar esse marco legal municipal porque existe realmente, dentro da legislação, em função dessa multiplicidade de instrumentos, algumas coisas que precisam ser melhor organizadas, tendo em vista exatamente essa questão.

Houve algumas perguntas em relação ao fato do lançamento de esgotos nas áreas edificadas, então houve uma pergunta nesse sentido. Os grandes edifícios lançam esgotos nos córregos? Onde existe rede coletora de esgoto, existem leis estaduais e municipais e todos os esgotos têm de ser lançados na rede coletora pública e, se isso não acontece, o usuário é

penalizado, notificado, é crime ambiental.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCO ANTÔNIO PALERMO – A pergunta foi formulada foi a seguinte: no caso dos edifícios residenciais comerciais...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCO ANTÔNIO PALERMO – O sistema coletor e de tratamento é dimensionado evidente para atender a capacidade digamos dos usuários a capacidade de geração desse esgoto. Isso é óbvio, é sempre assim, isso é uma premissa da engenharia

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCO ANTÔNIO PALERMO – Isso ninguém quer. Inclusive a Sabesp por que a Sabesp é prejudicada também por isso, ninguém quer. Esse é um desejo comum. Ocorre que há uma série de dificuldades técnicas que nem sempre permitem a este momento Face todo o avanço urbanístico que a cidade teve e a toda a dificuldade a toda a implantação desordenada que houve na metrópole, ao longo de séculos. Então estamos exatamente avançando na procura de soluções que passam por várias alternativas o programa de investimentos da prefeitura com a Sabesp até 2039 prevê a universalização dos serviços.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – A minha fala final será apenas uma pergunta ao Sra. Marússia. Se o senhor tiver observação a respeito porque queria fazer uma pergunta relacionada à preocupação de todos vocês, se ela conhece a experiência de cidades. Eu, por exemplo, vi em Seul, no ano passado. Aliás, o Prefeito João Dória foi a Seul e não sei se ele teve, não vi ele falar ainda, do que eu vi ali e fiquei muito impressionado. Ou seja, os rios de Seul eram muito poluídos e estão tão limpos que a cidade de Seul construiu, ao lado das margens, nas margens dos rios, parques lineares onde a população frequenta como nós frequentamos, por exemplo, o Parque Ibirapuera, aqui. E até com algumas, eu fui lá perto para ver, havia ali, 20, 30 metros da margem, um lago não muito grande onde crianças, porque o lago era relativamente raso, crianças nadavam ou tomavam

banho de lago em águas limpas. Eu fiquei superimpressionado. Então, como a Sra. Marússia é uma especialista nesse assunto e acho que ela já conheceu, senão Seul, outras cidades que conseguiram tornar limpos os seus rios a ponto de suas margens serem frequentadas pela população em parques lineares, onde há inclusive pequenos lagos onde as crianças tomam banho.

Será possível um dia tornar os rios Pinheiros, Tietê e Tamanduateí rios de águas limpas para que possamos ali... Já houve um tempo em que o Rio Tietê era utilizado para corridas de canoas de barcos, com a população. E isso não mais existe, mas será que poderemos voltar a ter esses rios limpos até ponto de nadar? Essa é a pergunta que eu deixo para senhora Marússia, por favor.

A SRA. MARÚSSIA WHATELY – Obrigada, Eduardo, acho que essa é uma pergunta que mobiliza um pouco todas as pessoas que estão aqui. Existem hoje centenas de iniciativas em andamento, já realizadas em diferentes cidades, que têm êxitos muito positivos para vida das cidades. Em outubro tive a oportunidade de ir visitar cidades com questões relacionadas à água, tanto em Madrid como Barcelona, e a gente volta para cá com o sentimento de inveja. Será que a gente não vai conseguir fazer essa transição civilizatória de sair desse estágio absolutamente medieval em que a gente se encontra em relação ao saneamento em que a gente ainda joga os nossos dejetos na água em que a gente vai beber?

Esse é o estágio mais precário do saneamento para a construção de um arranjo que permita uma nova cultura de cuidado com a água. Acho que nós temos, São Paulo, talvez esteja na bacia do Alto Tietê, que talvez seja uma das bacias mais alteradas pelo homem, que a gente tem no Brasil, com certeza, mas talvez uma das bacias hidrográficas mais alteradas desde que a gente está construindo a Cidade. Aqui a gente está substituindo os rios por asfalto, ruas, etc. Uma parte desse conceito de segurança hídrica tem a ver com uma percepção de que a água, por mais que tenha problemas locais, regionais, nacionais e globais, temos questões muito locais para resolver a água.

Nesse sentido, sim, conheço Seul e outras iniciativas. Venho há muito tempo trabalhando com esse assunto. É uma frustração enorme a gente olhar o Pinheiros e o Tietê e entre esses dois rios nós temos aqui uma diferença e um aprendizado. O Pinheiros, diferentemente do Tietê, as questões que a gente tem sobre possibilidade de intervenção do Município de São Paulo são muito maiores do que são do Tietê. O Pinheiros está praticamente todo no Município de São Paulo, apesar do que diz a Constituição, sob o domínio e a habilidade. Não é possível que o maior município do Brasil vai continuar sendo absolutamente insensível para recuperação desse rio.

Acho que uma outra questão importante que foi tratada aqui é a questão sobre promover algum encontro para se debater mas sobre o assunto. Acho superlegal muitas das coisas que foram colocados aqui mostra o quanto esse assunto ainda precisa de informação, o quanto a gente pode ampliar o conhecimento sobre isso, mas eu defendo que a gente faça isso a partir de um conhecimento que já foi acumulado pela Casa. A Casa fez um investimento que foi a CPI da Sabesp que tem um monte de informação produzida.

Da minha parte, da Aliança pela Água nós nos comprometemos a produzir o material mais didático para botar na mão dos Vereadores e vamos trabalhar com isso no começo do ano. Acho que obviamente tem uma adesão muito grande ao tema, não vejo tenho visto e venho inclusive a agradecer a todos os Vereadores presentes pelo acolhimento. Acho que agora o projeto ele começou como um projeto da Aliança e está virando um projeto de vários Vereadores. Acho que é esse o caráter que a gente espera. Ele traz uma coisa absolutamente inovadora, nós não temos um projeto de segurança hídrica, não temos uma lei de segurança hídrica no país.

Ainda segurança hídrica é um conceito novo é um conceito de uma nova cultura de cuidado com a água é um conceito que propõe rever como é a nossa relação com esse recurso, rever como nossas instituições e estruturas estão construídas e não estão dando conta do problema. Então, na verdade, a gente está trazendo uma coisa nova a Câmara está

sendo pioneira no projeto. Acho que é importante trazer a nossa expectativa de sociedade civil é não só continuar o debate, melhorar o projeto, e começar a trabalhar para que São Paulo seja a primeira cidade do Brasil que trabalha com o conceito de segurança hídrica. Lembrando que ano que vem em março o Brasil recebe o 8º Fórum Mundial da Água em Brasília que pode ser uma oportunidade interessante para a cidade de São Paulo não só divulgar, mas também entrar em contato com outras iniciativas. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Estava aqui lembrando, eu fui candidato a Prefeito pelo PT, em 1985, e depois, em 1992. Quando fui candidato, em 1992, eu fui até Salesópolis, nascente do rio Tietê, era umas seis horas da manhã e ali na nascente tem uma cachoeira que vai desembocar no Tietê. Então eu falei: estamos aqui na nascente do rio e eu vou tomar um banho de cachoeira, só para lembrar que um dia nós vamos querer todo o Rio Tietê tão limpo quanto as águas dessa cachoeira, aí entrei em debaixo da cachoeira. Só que estava tão frio que eu não conseguia falar, daí entrei de novo e falei: veja só como é que nasce tão limpo o rio. Quem sabe um dia a gente tenha o Rio Tietê para a gente poder nadar. Ali podemos ver a água limpa mesmo e ver como funciona. Em Seul a água está passando o Rio Pinheiros e o Rio Tietê está passando no meio da cidade.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Meu caro, só para lhe dizer que eu fiquei impressionado de ver um Rio como Pinheiros limpo. Eu te digo é esse o ponto, amigo, todos os rios será muito bom vamos todos lutar para limpeza dos nossos rios e córregos.

Nada mais havendo para ser tratado, estão encerrados os trabalhos.